



LILIANE FRANCIOLE FRAZÃO

**QUALIDADE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE:
UMA ANÁLISE DE EMPRESAS NA AMÉRICA LATINA.**

**LAVRAS - MG
2022**

LILIANE FRANCIOLE FRAZÃO

**QUALIDADE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DE
EMPRESAS NA AMÉRICA LATINA.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Estratégias de Negócios Globais e Finanças Corporativas para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Cristina Lelis Leal Calegario
Orientadora

**LAVRAS - MG
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Frazão, Liliane Franciole.

Qualidade dos Relatórios de Sustentabilidade : Uma Análise de
Empresas na América Latina / Liliane Franciole Frazão. - 2022.
84 p.

Orientador(a): Cristina Lelis Leal Calegario.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Qualidade dos Relatórios. 2. Influência de Fatores Internos e
Externos. 3. América Latina. I. Calegario, Cristina Lelis Leal. II.
Título.

LILIANE FRANCIOLE FRAZÃO

**QUALIDADE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DE
EMPRESAS NA AMÉRICA LATINA.**

**QUALITY OF SUSTAINABILITY REPORTS: AN ANALYSIS OF COMPANIES IN
LATIN AMERICA.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Estratégias de Negócios Globais e Finanças Corporativas para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 29 de junho de 2022.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefaniak Aveline (UFLA)

Profa. Dra. Priscila Borin de Oliveira Claro (Insper)

Profa. Dra. Cristina Lelis Leal Calegario
Orientadora

**LAVRAS - MG
2022**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Mauri e Dilza pelo apoio, incentivo e confiança em cada escolha que fiz na minha vida. Aos tios, primos e irmãos que entenderam minhas ausências e, especialmente, aos meus afilhados Marco Túlio, Vivian e Rafael e ao meu sobrinho e afilhado Heitor por renovarem minhas esperanças e vontade de fazer minha parte na construção de um mundo melhor.

Estendo meus agradecimentos aos meus amigos e colegas. Na impossibilidade de mencionar a todos, cito a Fernanda e a Andrêsa que ouviram pacientemente meus desabafos e sempre tiveram um conselho e/ou um ombro amigo. Aos professores e amigos Daniel Costa, Arlete Abreu e Sarah Lopes por me incentivarem a iniciar minha trajetória acadêmica.

Agradeço à Universidade Federal de Lavras, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e ao Grupo de Estudos em Economia Industrial e Negócios Internacionais (Geini). Cada um dos professores e colegas que encontrei nesta instituição, ainda que virtualmente, contribuiu não apenas com conhecimento e troca de experiências, mas também com meu crescimento pessoal.

Dentre os profissionais que encontrei na UFLA, minha gratidão é especialmente direcionada à minha orientadora Cristina Calegario. Desde nosso primeiro contato, ao cursar uma disciplina isolada, minha admiração e respeito cresceram a cada dia. Agradeço por abraçar minhas ideias, chamar minha atenção para o que realmente era importante e, também, pelo incentivo em todas as fases do processo. Seu conhecimento, elegância e profissionalismo sempre serão inspiração para mim.

Por fim, agradeço aos professores Carlos Aveline e Priscila Borin pelas contribuições dadas para a melhoria deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito obrigada!

RESUMO

A participação ativa do setor privado em ações de Desenvolvimento Sustentável tem sido considerada um imperativo e não mais uma escolha das empresas. Neste sentido, além de agir as organizações precisam comunicar de maneira satisfatória suas ações de modo a obter legitimação diante de seus *stakeholders*. Assim, este estudo objetiva analisar a qualidade dos relatos das ações de sustentabilidade das maiores empresas da América Latina, identificando com que qualidade as comunicações estão sendo realizadas bem como que fatores internos e externos influenciam esta qualidade. Para tanto, este estudo se divide em duas partes. Na primeira, foram coletados relatórios dos anos de 2019 e 2020 das 100 maiores empresas atuantes na América Latina. Estes relatórios foram lidos e sua qualidade foi mensurada a partir da utilização de uma Matriz de Sustentabilidade (MDS) e de um sistema de pontuação de cinco pontos. Na segunda parte, foi realizada análise quantitativa a partir da utilização de seis modelos de regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Nos modelos, foram considerados como Fatores Externos a atuação ou não em Setores Controversos, a Capacidade Produtiva dos países em que as organizações atuavam e o Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional do país de origem das empresas. Como Fatores Internos, foram consideradas a existência de alguma verificação externa e a Participação Feminina em cargos de liderança. Os resultados apontam que ainda há muito espaço para melhoria na qualidade dos relatos, sendo que a utilização de Relatório Integrado, maior número de páginas e a adoção de outras normas e padrões, como Pacto Global, SASB e ODS em conjunto com as normas do Global Reporting Initiative (GRI) parecem impactar positivamente a qualidade dos relatórios. Em relação aos fatores externos que influenciam na pontuação total de qualidade dos relatórios foi encontrado que empresas que atuam em setores controversos, e, cuja origem sejam de países com melhores Índices de Responsabilidade Social Corporativa Nacional tiveram relação positiva e significativa. Entre os fatores internos, a presença de verificação externa foi altamente significativa.

Palavras-chave: Qualidade dos Relatórios. Influência de Fatores Internos e Externos. América Latina. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Global Reporting Initiative.

ABSTRACT

The active participation of the private sector in Sustainable Development actions has been considered an imperative and no longer a choice for companies. In this sense, in addition to acting, organizations need to communicate, in a satisfactory way, their actions in order to obtain legitimacy towards their stakeholders. Thus, this study aims to analyze the quality of reports on sustainability actions by the largest companies in Latin America, identifying the quality of these communications as well as what internal and external factors influence this quality. Therefore, this study is divided into two parts. In the first one, reports were obtained for the years 2019 and 2020 of the 100 largest companies operating in Latin America. These reports were read and, their quality was measured using a Sustainability Matrix (MDS) and a five-point scoring system. In the second part, a quantitative analysis was performed using six Ordinary Least Squares (OLS) linear regression models. In the models, the presence or not in Controversial Sectors, the Productive Capacity of the host countries and the National Corporate Social Responsibility Index of the companies' country of origin were considered as External Factors. As Internal Factors, the existence of some external assurance and the Female Participation in leadership positions were considered. The results indicate that there is a lot of room for improvement in the quality of the reports. The use of the Integrated Report, a greater number of pages and the adoption of other norms and standards, such as the Global Compact, SASB and SDG together with the norms of the Global Reporting Initiative (GRI) appear to positively impact the quality of reports. Concerning the external factors that influence the total quality score of the reports, it was found that companies that operate in controversial sectors, and whose origin are from countries with better National Corporate Social Responsibility Indexes, had a positive and significant relationship. Among the internal factors, the presence of external verification was highly significant.

Keywords: Reports Quality. Influence of External and Internal Factors. Latin America. Sustainable Development Goals. Global Reporting Initiative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo Conceitual	23
Figura 2 – Procedimentos da Primeira Parte	32
Figura 3 – Procedimentos da Segunda Parte	41
Figura 4 – Temas Materiais Mencionados nos Relatórios	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	18
Quadro 2 – Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS)	34
Quadro 3 – Critérios de Pontuação de Qualidade	35
Quadro 4 – Apresentação das Variáveis	37
Quadro 5 – Síntese dos Testes e Valores de Referência	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição da Amostra	33
Tabela 2 – Pontuação Máxima Possível	36
Tabela 3 – Identificação dos Relatórios	43
Tabela 4 – Número de Páginas	44
Tabela 5 – Empresas Listadas em Bolsa, Adesão ao Pacto Global e Utilização do SASB	44
Tabela 6 – Itens GRI Mais e Menos Mencionados	47
Tabela 7 – Menção aos ODS	48
Tabela 8 – Setor	49
Tabela 9 – Capacidade Produtiva	50
Tabela 10 – País de Origem	51
Tabela 11 – Verificação Externa	51
Tabela 12 – Percentual de Participação Feminina em Cargos de Liderança	52
Tabela 13 – Ano dos Relatórios	52
Tabela 14 – Tamanho da Organização (Número de Empregados)	53
Tabela 15 – Experiência América Latina	53
Tabela 16 – Internacionalização	54
Tabela 17 – Estatística Descritiva das Variáveis	55
Tabela 18 – Correlação entre as Variáveis	56
Tabela 19 – Regressão dos Modelos de 1 a 6 para a Pontuação	57
Tabela 20 – Resumo das Hipóteses e Resultados dos Testes	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Problema de Pesquisa	13
1.2	Objetivos	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	Justificativa	14
2	REVISÃO DE LITERATURA E CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES	17
2.1	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	17
2.2	O Desenvolvimento Sustentável nos Relatos das Organizações	19
2.3	A Teoria da Legitimidade em Estudos de Sustentabilidade	21
2.4	Hipóteses da Pesquisa	23
2.4.1	Influência setorial nos relatos	24
2.4.2	Influência da capacidade produtiva nos relatos	25
2.4.3	Influência do país de origem nos relatos	26
2.4.4	Influência da verificação externa nos relatos	27
2.4.5	Influência da participação feminina nos relatos	28
3	METODOLOGIA	31
3.1	Primeira parte: Coleta e pontuação dos relatórios	31
3.2	Segunda parte: Análise quantitativa da qualidade dos relatórios	36
3.2.1	Variáveis de Análise	36
3.2.2	Método de Análise	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1	Análise da pontuação dos relatórios	42
4.2	Resultados da Análise de Regressão	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
5.1	Resumo dos principais resultados	64
5.2	Implicações práticas, sociais e acadêmicas	66
5.3	Limitações e direcionamento para pesquisas futuras	68
	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

O progresso econômico e social do último século trouxe consigo grandes desafios que transcendem fronteiras nacionais afetando diferentes pontos do globo (FERRARO; ETZION; GEHMAN, 2015; GEORGE *et al.*, 2016), sendo considerados multinacionais por natureza (BUCKLEY; DOH; BENISCHKE, 2017). Isso leva à necessidade de que as empresas cumpram e ultrapassem suas obrigações legais, buscando um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Dentro deste contexto, há um reconhecimento crescente da importância do setor privado, em especial das grandes empresas, na busca pela sustentabilidade, sendo inclusive um dos pontos de destaque na Agenda 2030, voltada para a formação de parcerias globais em prol do desenvolvimento sustentável (UN, 2015). Neste sentido, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (UN, 2015), visam inspirar a integração da sustentabilidade em organizações que operam nos mais diversos cantos do mundo, atendendo às necessidades atuais e futuras das partes interessadas e contribuindo para o alcance do desenvolvimento sustentável para a sociedade em geral (UN GLOBAL COMPACT, [s. d.]).

Assim, ao considerar a Agenda 2030 como um modelo de governança global por meio do estabelecimento de metas (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017), as empresas são chamadas a desempenhar papel crítico (SCHEYVENS; BANKS; HUGHES, 2016), especialmente sob duas premissas: a oportunidade econômica que os ODS representam (DELOITTE, 2017; VAN TULDER *et al.*, 2021) e a corresponsabilidade das empresas em se tornar agentes de desenvolvimento e contribuir para um futuro melhor (BLOWFIELD, 2012; PWC, 2015). Adicionalmente, o comprometimento com os ODSs pode ajudar na construção de legitimidade e apoio junto a múltiplos *stakeholders* (VAN TULDER *et al.*, 2021), por exemplo na atração e retenção de talentos, na imagem junto a consumidores que preferem marcas confiáveis e positivas e na relação junto a investidores que estão cada vez mais reconhecendo os benefícios de se focar no desenvolvimento sustentável (DELOITTE, 2017). Neste sentido, a integração dos ODS aos objetivos corporativos oferece uma nova visão do nexo entre negócios e sociedade em que as organizações se tornam parte da solução para grandes desafios ao invés de contribuírem para o problema (MONTIEL *et al.*, 2021).

Todavia, além da atuação, as organizações devem se atentar a como comunicar adequadamente as ações empreendidas. Nesse sentido, Peter Bakker, no *Reporting Matter 2020*, afirma que as empresas devem ser capazes de comunicar informações de sustentabilidade de forma útil a uma grande variedade de públicos, sendo os relatórios uma importante

ferramenta de suporte para os negócios (WBCSD; RADLEY YELDAR, 2020). Nessa mesma linha, Milton Cheng, presidente da Baker & McKenzie, afirma que há apelo por maior consistência e transparência sobre o desempenho ambiental, social e de governança (ASG) por meio de relatórios e divulgações eficazes, sendo que o desempenho e as divulgações afetam a sustentabilidade e a avaliação da empresa (WBCSD; RADLEY YELDAR, 2020). Essas afirmações vão ao encontro da Teoria da Legitimidade, lente teórica adotada neste estudo. Esta teoria apregoa que as empresas tendem a adotar comportamento informacional visando fortalecer sua legitimidade diante das partes interessadas (CAMILLERI, 2018; DI VAIO *et al.*, 2020), aumentar sua reputação (CAMILLERI, 2018; DI VAIO *et al.*, 2020; JIZI, 2017) e diminuir as assimetrias informacionais (HAMROUNI; BOUSSAADA; BEN FARHAT TOUMI, 2019; JIZI, 2017).

Vale destacar também que, dentro da literatura de sustentabilidade corporativa, o *reporting* e a qualidade dos relatos aparecem vinculados à atração de investimentos (WBCSD; RADLEY YELDAR, 2020) e como fator de influência significativa nas ações e estratégias corporativas (ADAMS, 2017). No caso específico dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, eles foram incluídos na literatura da área a partir de diferentes perspectivas: como as multinacionais se envolvem com os ODS (VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018); como os ODS podem se tornar um modelo inspirador para negócios sustentáveis (GEISSDOERFER *et al.*, 2018) ou ainda como uma forma de legitimação junto aos *stakeholders* (DONOHER, 2017) por meio do desenvolvimento e avaliação de suas práticas sustentáveis (TOPPLE *et al.*, 2017). Porém, apesar da discussão em torno da incorporação dos ODS à gestão estratégica das organizações e nos relatórios corporativos, ainda há espaço para melhorias (TSALIS *et al.*, 2020).

Outro diferencial dos ODS é o apelo explícito a uma participação mais equilibrada das nações desenvolvidas e em desenvolvimento (MONTIEL *et al.*, 2021) uma vez que organizações oriundas de mercados desenvolvidos e emergentes podem apresentar trajetórias distintas na busca pelos ODS (GOMEZ-TRUJILLO; GONZALEZ-PEREZ, 2020). Especificamente tratando da América Latina, na região há prevalência de países de renda média, o que pode fazer com que a região não seja vista como prioritária em termos de implementação de projetos (TEZANOS, 2018), como os relacionados aos ODS. Também há que se observar que a região é considerada a mais desigual do mundo (CEPAL, 2019) e, há mais de um século, vem passando por constantes crises políticas, sociais, econômicas e ambientais, que levaram à criação de um ecossistema de negócios internacionais exclusivo para os países e territórios da região (GONZALEZ-PEREZ *et al.*, 2021), o que exige um olhar especial e estudos específicos.

No entanto, há que se considerar que um estudo realizado no contexto brasileiro não encontrou diferenças significativas em relação aos fatores motivadores da inserção dos ODS às estratégias de multinacionais domésticas e estrangeiras (CLARO; ESTEVES, 2021).

1.1 Problema de Pesquisa

Embora a sustentabilidade tenha se tornado um tópico cada vez mais relevante nos negócios (GRINSTEIN; RIEFLER, 2015; KOLK, 2010; MAKSIMOV; WANG; YAN, 2019; SHAPIRO; HOBDAI; OH, 2018) e as organizações estejam cada vez mais buscando inserir os ODS em sua estratégia corporativa (DONOHER, 2017; WITTE; DILYARD, 2017) como uma forma de se legitimar perante seus *stakeholders*, a correlação entre os ODS e os sistemas de sustentabilidade corporativa ainda foi pouco estudada (DIAZ-SARACHAGA, 2021). Especificamente, ainda há pouca atenção em como os relatórios de ODS podem se tornar uma ferramenta de responsabilidade empresarial (BEBBINGTON; UNERMAN, 2018) e, como as empresas relatam e medem sua contribuição para os ODS (DIAZ-SARACHAGA, 2021), especialmente fora do contexto europeu.

Adicionalmente, ainda não foram explorados em profundidade suficiente os fatores que levam as empresas a apresentar relatórios de qualidade. Aqui, parte-se do entendimento que os relatos de maior qualidade envolvem a divulgação de indicadores quantitativos no nível de meta vinculados ao impacto social da organização (PWC, 2017; SCOTT; MCGILL, 2018). Assim, pretende-se contribuir para o esclarecimento das seguintes questões de pesquisa: 1. Qual a qualidade da comunicação das ações de sustentabilidade das maiores empresas da América Latina? 2. Qual a influência de fatores internos e externos à organização na qualidade dos relatos de sustentabilidade?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Assim, o objetivo central deste estudo é analisar a qualidade dos relatos das ações de sustentabilidade das maiores empresas na América Latina.

1.2.2 Objetivos específicos

Para que o objetivo geral seja plenamente atingido, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a qualidade da comunicação de sustentabilidade das maiores organizações na América Latina.
- Analisar a influência de fatores internos e externos às organizações na qualidade dos relatos de sustentabilidade divulgados pelas maiores empresas na América Latina.

1.3 Justificativa

Cada vez mais se tem reconhecido a importância de que as empresas se voltem às mais diversas partes interessadas com maior envolvimento do setor empresarial com o bem comum e com o planeta (FINK, 2021; SCHWAB, 2019). Inclusive, alguns pesquisadores afirmaram que o comprometimento empresarial com o desenvolvimento sustentável e, portanto, com os ODS, não é mais uma escolha, mas um imperativo (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021; SCOTT; MCGILL, 2018), sendo uma importante ferramenta para obtenção de legitimidade perante seus *stakeholders*. Todavia, a maior parte do potencial dos ODS como ferramenta para mudança direta da sociedade e desenvolvimento ainda não foi totalmente realizado e, especialmente no caso das EMNs, as principais razões incluem a falta de poder de sanção das autoridades, falhas de mercado e sistema fraco para fazer cumprir a divulgação corporativa do desempenho ambiental, social e de governança das organizações (VAN TULDER *et al.*, 2021).

Diante disso e com o foco cada vez mais direcionado às partes interessadas, torna-se imprescindível que o setor privado, além de desenvolver ações sustentáveis também mantenham uma atitude de transparência ao comunicá-las aos diversos *stakeholders*. Isso aparece de maneira bem clara na meta 12.6 da Agenda 2030 que incentiva as organizações, especialmente as grandes empresas e multinacionais, a não apenas adotar práticas sustentáveis como também incluir informações de sustentabilidade em seu ciclo de relato (UN, 2015). Assim, as organizações são estimuladas a alinhar seus valores aos da comunidade em que atuam (O'DONOVAN, 2002) de maneira transparente, de modo a legitimar seu papel na sociedade por meio de ações concretas ao mesmo tempo em que atende as necessidades informacionais dos mais diversos *stakeholders* (ROMERO; RUIZ; FERNANDEZ-FEIJOO, 2019).

Neste contexto, o relatório de sustentabilidade pode ser considerado uma importante ferramenta que ajuda as empresas a informar às suas partes interessadas sobre seu desempenho em sustentabilidade (CUBILLA-MONTILLA *et al.*, 2019; GIRELLA; ZAMBON; ROSSI, 2019), muito embora ainda seja restrito o volume de estudos dos efeitos dos ODS nos relatórios de sustentabilidade (TSALIS *et al.*, 2020). Assim, o presente estudo se apresenta relevante ao buscar mensurar a qualidade da comunicação de ações de sustentabilidade divulgadas por grandes empresas latino-americanas bem como avaliar a influência de fatores externos e internos nesse nível de qualidade.

Os fatores externos são elementos do ambiente macroinstitucional em que as empresas estão inseridas (CLARO; ESTEVES, 2020), sendo que as organizações possuem pouco ou nenhum poder de intervenção. Já os fatores internos são ligados às capacidades organizacionais a partir das características de um empreendimento (LIU; ANBUMOZHI, 2009), em que as empresas possuem maior poder de intervenção. Assim, as empresas obtêm vantagens competitivas sustentadas a partir de estratégias que exploram seus pontos fortes internos, respondem a oportunidades ambientais, neutralizam ameaças externas e evitam fraquezas internas (BARNEY, 1991).

Neste sentido, vários fatores internos e externos podem influenciar as decisões das organizações sobre a abordagem de questões e o relato de compromissos de sustentabilidade (HAHN; KÜHNEN, 2013), seja através de reação a fatores externos sob os quais as organizações não possuem grande poder de intervenção (como características do setor em que estão inseridas, dos países em que mantêm operações e de seu país de origem), seja através da intervenção nos fatores internos que estão sob seu controle (como a contratação de verificação externa e o percentual de mulheres em cargos de liderança).

Sob a perspectiva da Agenda 2030, neste estudo, os ODS são considerados a partir da sua vinculação aos tópicos GRI nos moldes do *framework* de análise proposto por Tsalis *et al.* (2020). A utilização da perspectiva dos ODS se dá uma vez que a Agenda 2030 oferece inúmeras vantagens sobre os esforços anteriores que falharam em promover de forma completa e bem-sucedida, a adoção de políticas de sustentabilidade pelo setor privado (por exemplo, RSC, ASG). Adicionalmente, há um consenso crescente de que, até o momento, a abordagem dos ODS apresenta o esforço coordenado internacional mais abrangente para considerar as interligações (nexos) entre as várias metas de sustentabilidade (VAN TULDER *et al.*, 2021).

Já a determinação do contexto geográfico, considera a prevalência de pesquisas voltadas a regiões/países desenvolvidos, como a União Europeia e seus países membros (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021; IONAȘCU *et al.*, 2020; IZZO; STROLOGO; GRANÀ, 2020; MIO;

PANFILO; BLUNDO, 2020; NECHITA *et al.*, 2020; PIZZI; ROSATI; VENTURELLI, 2021; STASZKIEWICZ; WERNER, 2021). Assim, embora multinacionais de mercados emergentes também usem práticas de internacionalização e sustentabilidade para adquirir credibilidade e legitimidade nos mercados internacionais (VELEZ-OCAMPO; GONZALEZ-PEREZ, 2019), poucos estudos se voltam ao contexto de países em desenvolvimento (GHANI *et al.*, 2018; HAYWOOD; BOIHANG, 2021; KITSIKOPOULOS; SCHWAIBOLD; TAYLOR, 2018; SAMARINA; SKUFINA; SAMARIN, 2020; TUAN *et al.*, 2019). Assim, sendo os relatórios um canal de comunicação entre as corporações e os seus mais diversos *stakeholders*, se faz relevante entender qual a qualidade das informações de sustentabilidade que estão sendo relatadas no contexto latino-americano.

A próxima seção apresenta uma revisão da literatura a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a abordagem do Desenvolvimento Sustentável nos relatórios corporativos e a utilização da Teoria da Legitimidade em estudos de sustentabilidade. Ainda nesta seção, as hipóteses são apresentadas. A seção seguinte apresenta a Metodologia utilizada neste estudo dividida em duas partes. Na primeira, é explicitado o processo da coleta de dados e da pontuação de qualidade dos relatórios. Na segunda parte, foram incluídos as variáveis e o método de análise estatística utilizados. Os Resultados e Discussões são apresentados na seção seguinte, também em duas partes, sendo que na primeira são apresentados os resultados e discussões da pontuação obtida pelos relatórios e na segunda são apresentados os resultados e discussões da análise de regressão. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA E CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES

2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 1987, o termo Desenvolvimento Sustentável foi conceituado oficialmente no Relatório de Brundtland. Este documento afirma que a humanidade tem a capacidade de se desenvolver de maneira sustentável, atendendo as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de gerações futuras de atender às suas necessidades (WCED, 1987). A partir deste conceito, passou-se a entender que a sustentabilidade corporativa envolvia atender às necessidades das partes interessadas diretas e indiretas da empresa (acionistas, colaboradores, clientes, comunidades etc.) sem comprometer a capacidade organizacional de atender às necessidades de futuros *stakeholders* (DYLLICK; HOCKERTS, 2002; ROSATI; FARIA, 2019a).

Neste sentido, várias iniciativas em prol de um desenvolvimento sustentável mundial foram realizadas, desde o estabelecimento dos Objetivos do Milênio (ODM), mais voltados para países em desenvolvimento (VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018) até, finalmente, se chegar à Agenda 2030 que apresenta um modelo de corresponsabilidade global, não baseado na divisão "Norte-Sul" nem na dicotomia "Central-Periférica" (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021). A Agenda 2030 conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas (QUADRO 1), incentivando um envolvimento global intensivo reunindo governos, setor privado, sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e outros atores (UN, 2015). Estes 17 ODS oferecem às empresas uma nova estrutura para traduzir as necessidades e ambições globais em soluções de negócios (SACHS *et al.*, 2019) e novas ferramentas para gerenciar os desafios ambientais sociais e econômicos atuais (SCOTT; MCGILL, 2018).

Todavia, a Agenda 2030 não possui aprovação unânime entre estudiosos, seja por serem vistos como muito ambiciosos ou não serem ambiciosos o suficiente, seja por apresentar um modelo muito amplo ou muito específico, sem dar atenção suficiente às transformações mais fundamentais dos sistemas sociais, políticos e econômicos e suas relações com o meio ambiente (VAN TULDER *et al.*, 2021). Um dos pontos levantados é que os ODSs representam uma forma de *soft law* internacional (EDEN; WAGSTAFF, 2021; VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018) e, para garantir sua adoção, foram concebidas metas voluntárias, caindo em um vazio institucional em que não existem sanções e mecanismos de fiscalização (VAN TULDER *et al.*, 2021).

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS	Descrição	Número de Metas
1. Sem pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares	7
2. Fome zero	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	8
3. Boa saúde e bem-estar	Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades	13
4. Educação de qualidade	Garantir educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	10
5. Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	9
6. Água limpa e saneamento	Garantir a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos	8
7. Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos	5
8. Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	12
9. Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	8
10. Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro e entre os países	10
11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	10
12. Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis	11
13. Ação climática	Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos	5
14. Vida debaixo da água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	10
15. Vida na terra	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável de ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação e interromper e reverter a degradação da terra e interromper a perda de biodiversidade	12
16. Paz, justiça e instituições fortes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	12
17. Parcerias	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	19

Fonte: United Nations (UN, 2015)

Outro ponto de preocupação é que a execução dos ODS requer níveis significativos de investimento, sendo o setor privado uma fonte essencial. Porém, apesar do aumento do investimento das EMNs, os valores são insuficientes e a maior parte dos títulos e fundos estão em países desenvolvidos (ZHAN; SANTOS-PAULINO, 2021). O programa carece de US\$2,5 trilhões (EDEN; WAGSTAFF, 2021; ZHAN; SANTOS-PAULINO, 2021) e as perspectivas de atingir as metas foram ainda mais reduzidas com o advento da pandemia de Covid-19 (EDEN;

WAGSTAFF, 2021), uma vez que existe o risco de que a resposta à pandemia reduza os recursos disponíveis para fins de ODS (ZHAN; SANTOS-PAULINO, 2021). Todavia, há que se destacar que mesmo antes da pandemia, já havia sido identificado que o alcance do envolvimento das partes interessadas com os ODS tinha sido lento em todas as partes do mundo (SACHS *et al.*, 2019) e as empresas foram relativamente lentas na implementação dos ODS (VAN TULDER *et al.*, 2021).

2.2 O Desenvolvimento Sustentável nos Relatos das Organizações

De acordo com a *Global Reporting Initiative* (GRI) o relatório de sustentabilidade é a prática de uma organização de relatar publicamente seus impactos econômicos, ambientais e/ou sociais e, portanto, suas contribuições, sejam positivas ou negativas, para o desenvolvimento sustentável (GSSB, 2016). Neste sentido, desde a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável no Relatório de Brundtland (WCED, 1987), vem crescendo as expectativas da sociedade em relação aos negócios e a demanda por maior envolvimento das organizações com questões sustentáveis (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021), culminando com o apelo à criação de parcerias globais no âmbito da Agenda 2030 (UN, 2015) e com a necessidade de melhoria na prestação de contas de suas ações para a sociedade. Isso porque as empresas operam em um contexto em que questões como desenvolvimento sustentável, política ambiental e engajamento de *stakeholders* possui importância estratégica cada vez maior (MIO; VENTURELLI, 2013). Assim, os ODS são cada vez mais usados por empresas para *benchmarking* e comunicação de seu desempenho de sustentabilidade (LASHITEW, 2021).

Dessa maneira, o relato de sustentabilidade aparece como uma ferramenta que as organizações possuem a sua disposição para mostrar aos *stakeholders* que estão respondendo às suas necessidades e criando soluções para uma sociedade mais sustentável (WBCSD; RADLEY YELDAR, 2020). Em outras palavras, os relatórios de sustentabilidade podem ser vistos como um repositório onde as ações de negócios nas áreas social, ambiental e econômica são compiladas juntamente com informações sobre tópicos de governança interna e externa, como a contribuição para a justiça social ou as alianças que uma empresa constrói para contribuir para o desenvolvimento sustentável (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021).

A maioria das empresas pode optar por priorizar um pequeno número de ODS ou tópicos de sustentabilidade, geralmente aqueles mais alinhados com sua missão e visão, cultura corporativa ou foco estratégico (MONTIEL *et al.*, 2021). Neste sentido, foram encontradas evidências que as EMNs se envolvem mais com ODS relacionados à suas operações/cadeias de

valor e com aqueles que “evitam o mal” em relação àqueles que visam “fazer o bem” (VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018).

Estudos acadêmicos relatam que desde a implementação da Agenda 2030, foi identificado aumento no relato de ações voltadas para a implementação dos ODS. Um estudo longitudinal realizado com empresas espanholas listadas na Bolsa de Valores de Madri, encontrou um aumento constante das menções de ODS desde o primeiro ano após a aprovação da Agenda 2030 até o ano de 2019 (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021). Já o *Reporting Matters 2020* do *World Business Council for Sustainable Development* aponta melhoria nos relatórios de seus membros desde o ano de 2017, sendo que 78% das empresas membros melhoraram suas pontuações gerais e 96% dos relatórios revisados reconhecem os ODS de alguma forma (WBCSD; RADLEY YELDAR, 2020).

Todavia, apesar do reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável nas estratégias corporativas por parte das organizações e do crescimento do *reporting* do seu desempenho em ações de desenvolvimento sustentável (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021), nem sempre a divulgação é satisfatória. Isso porque as informações disponibilizadas costumam ser incompletas e refletir uma visão irreal dos reais impactos dos negócios corporativos (BOIRAL; HENRI, 2017). Há estudos que destacam a falta de integração entre as dimensões do desenvolvimento sustentável dentro dos relatos corporativos (LOZANO; HUISINGH, 2011), sendo que a dimensão ambiental é considerada a mais abordada (DA SILVA MONTEIRO; AIBAR-GUZMÁN, 2010; PODDAR; NARULA; ZUTSHI, 2019). Outro ponto levantado é a excessiva importância atribuída aos dados qualitativos (PWC, 2017; ROCA; SEARCY, 2012) ou a divulgação quantitativa limitada (STACCHEZZINI; MELLONI; LAI, 2016).

Neste contexto, o uso de indicadores chave para os ODS aparece como uma ponte importante entre a priorização dos objetivos, a sua incorporação às estratégias de negócios e ao planejamento de ações e, assim, produção de melhores relatórios (SCOTT; MCGILL, 2018). Neste sentido, em estudo longitudinal sobre o relato dos ODS por empresas espanholas, foi identificado que no primeiro ano de relato dos ODS, a maioria das empresas estava simplesmente mencionando os ODS sem a inclusão de medidas específicas, porém, desde 2017, muito mais empresas têm relatado medidas específicas associadas a determinados ODS (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021). No mesmo sentido, o *Reporting Matters 2020* identificou que 41% dos relatórios analisados combinavam informações financeiras e não financeiras, contra 35% em 2017 (WBCSD; RADLEY YELDAR, 2020).

2.3 A Teoria da Legitimidade em Estudos de Sustentabilidade

A Teoria da Agência, a Teoria da Legitimidade, a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria da Sinalização são teorias predominantes nos estudos das práticas de relato de sustentabilidade corporativa (DIAZ-SARACHAGA, 2021). Neste estudo, adotou-se como abordagem teórica a Teoria da Legitimidade. Esta escolha se deu uma vez que esta teoria possui suas estruturas teóricas baseadas nas Teoria dos *Stakeholders*, na Teoria Institucional e na Teoria da Gestão (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020), ou seja, engloba características de duas abordagens teóricas relevantes para o campo de estudo. Adicionalmente, os relatórios de sustentabilidade corporativa podem ser úteis no atendimento das demandas da sociedade e das partes interessadas, assim levando a organização a obter legitimidade (ROSATI; FARIA, 2019b).

O conceito de legitimidade deriva da Teoria Institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983) que estuda como as organizações respondem ao conjunto de estruturas dentro das quais elas operam e interagem (DONOHER, 2017). Assim, legitimidade diz respeito à percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis, apropriadas ou adequadas dentro de um sistema de normas, valores, crenças e definições socialmente construído (SUCHMAN, 1995). Deste modo, para serem aceitas na sociedade em que atuam, as organizações precisam agir de maneira responsável e sustentável em colaboração com seus *stakeholders* internos e externos (ROSATI; FARIA, 2019b), ou seja, a legitimidade organizacional existe na medida em que as ações da organização se alinham com as expectativas normativas (DONOHER, 2017). Neste sentido, esta teoria prediz que as ações de sustentabilidade podem ajudar uma empresa a fortalecer sua legitimidade, demonstrando que ela pode atender às necessidades de suas partes interessadas sem deixar de ser lucrativa (BUALLAY, 2019).

Logo, com a divulgação, busca-se legitimidade como uma licença para operar (DEEGAN, 2002), mostrando que os negócios da organização estão dentro dos limites éticos estabelecidos pela sociedade (DIAZ-SARACHAGA, 2021). Neste sentido, as empresas buscam divulgar voluntariamente informações a determinados grupos para mostrar que estão agindo em conformidade com as expectativas deste público (DEEGAN, 2002). Assim, teoria sugere que a divulgação seria uma função da exposição à pressão pública no ambiente social/político (CHO; PATTEN, 2007). Desta maneira, por envolver uma reação ou visão dos observadores em relação à organização, a legitimidade é possuída objetivamente, mas criada subjetivamente (SUCHMAN, 1995).

Em outras palavras, como a maioria dos processos culturais, a gestão da legitimidade se baseia fortemente na comunicação (SUCHMAN, 1995). Neste sentido, de acordo com a Teoria da Legitimidade, as organizações tendem a adotar comportamentos informacionais buscando fortalecer seu grau de legitimidade (CAMILLERI, 2018; DI VAIO *et al.*, 2020), aumentando seu valor reputacional no ambiente em que atuam (CAMILLERI, 2018; DI VAIO *et al.*, 2020; JIZI, 2017) e reduzindo as assimetrias informacionais (HAMROUNI; BOUSSAADA; BEN FARHAT TOUMI, 2019; JIZI, 2017). Ainda de acordo com esta teoria, a legitimidade de uma organização é ameaçada quando há disparidade entre suas ações e as expectativas que o sistema social possui sobre sua conduta. Assim, a divulgação pode ser usada para informar sobre mudanças no comportamento corporativo (DOWLING; PFEFFER, 1975; LAI; MELLONI; STACCHEZZINI, 2016), reparando sua legitimidade (SUCHMAN, 1995).

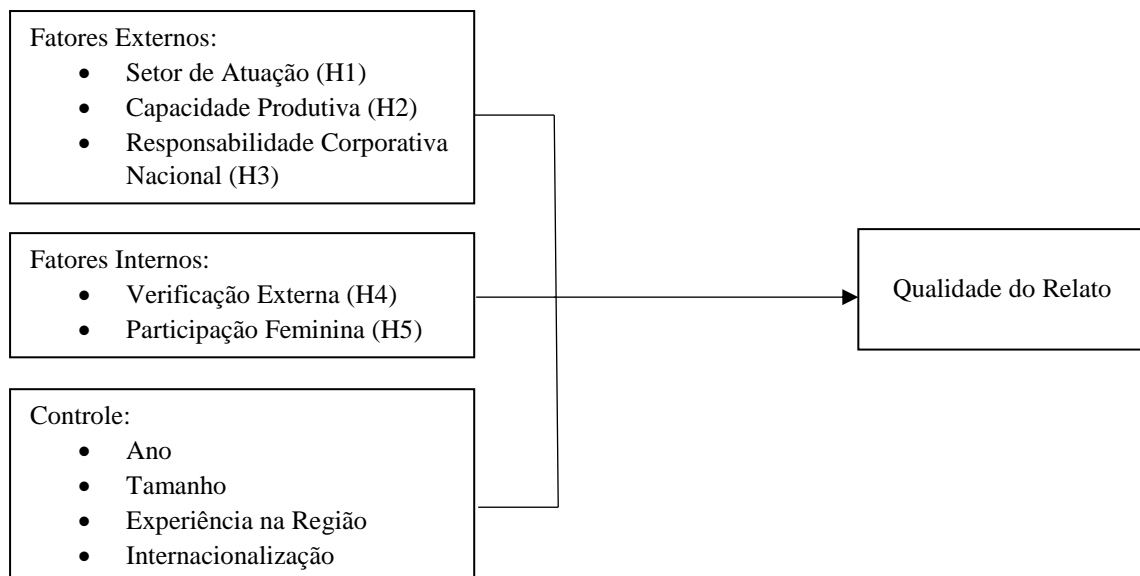
Por este enfoque no entendimento dos processos de divulgação, essa teoria tem sido amplamente utilizada em estudos sobre a comunicação de ações de sustentabilidade, especialmente em relação aos ODS. Por exemplo, foi utilizada em um estudo que buscava entender os principais constructos que sustentam a legitimidade organizacional e a inclusão dos ODS especificamente no caso de multinacionais em que as ações podem ser vistas como um reflexo de sua rede de *stakeholders* (DONOHER, 2017). Outro estudo destaca os fatores institucionais que contribuem para a adoção dos ODS baseada na legitimidade como uma resposta estratégica às necessidades de três partes interessadas em especial: governos, setor privado e sociedade civil (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020).

Em um estudo no contexto europeu, foi verificado que para a maioria das empresas, as informações nos relatos dos ODS ainda são mais simbólicas do que substantivas, indicando que as empresas geralmente se envolvem no relato de sustentabilidade como uma estratégia simbólica para obtenção de legitimidade e resposta à pressão exercida pelos *stakeholders* (EMMA; JENNIFER, 2021). No caso de empresas de mercados emergentes, as práticas de internacionalização e de sustentabilidade são utilizadas como instrumento para a aquisição de credibilidade e legitimidade nos mercados internacionais (VELEZ-OCAMPO; GONZALEZ-PEREZ, 2019). Especificamente, foi identificado que empresas latino-americanas envolvidas em atividades de valor agregado no exterior (CUERVO-CAZURRA, 2008) conseguiram reduzir seu déficit de legitimidade demonstrando de maneira ativa seu compromisso ambiental (CASTAÑO *et al.*, 2020).

2.4 Hipóteses da Pesquisa

Esta seção apresenta as hipóteses elaboradas e a Figura 1 apresenta o modelo conceitual proposto. Este modelo parte do pressuposto de que existem fatores externos e internos que influenciam a qualidade do relato de sustentabilidade divulgados pelas organizações. Neste estudo, são considerados fatores externos o Setor de atuação da empresa (se é considerado controverso ou não), a Capacidade Produtiva do(s) país(es) em que as empresas mantêm operações e o Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional do país de origem da empresa. São considerados Fatores Internos a existência ou não de Verificação Externa, seja ela parcial ou total, bem como o percentual de Participação Feminina em cargos de liderança. As variáveis de controle são o Ano do relatório como uma forma de controlar possíveis impactos da pandemia de Covid-19, o Tamanho da empresa representado pelo número de funcionários, a Experiência da organização na região representada pelos anos de atuação na América Latina e a Internacionalização representada pelo número de países em que a empresa mantém operações.

Figura 1 – Modelo Conceitual



Fonte: Os autores (2022)

Os próximos tópicos são dedicados à sua elucidação bem como para a apresentação das hipóteses testadas.

2.4.1 Influência setorial nos relatos

As características de cada setor e a magnitude dos seus impactos em diferentes dimensões da sustentabilidade podem afetar as práticas de relato adotadas pelas organizações (Tsalis et al., 2020). Isso porque alguns setores são relacionados a maiores externalidades negativas em comparação a outros (Brammer & Pavelin, 2006). Por exemplo, setores da agricultura, álcool, tabaco, produtos químicos, mineração e papel e celulose que podem estar vinculados a impactos sociais e ambientais negativos (Brammer & Pavelin, 2006; Cai et al., 2012). Nesta lista, podem ser incluídos outros setores controversos como jogos de azar e armas de fogo (Emma & Jennifer, 2021), muitas vezes moralmente questionados. Do mesmo modo, certos setores têm maior potencial de contribuição com certos desafios sociais ou ambientais específicos, como por exemplo o setor farmacêutico para a saúde (van Zanten & van Tulder, 2018)

Assim, os pesquisadores acreditam que as empresas que operam em setores fortemente impactados por regulamentações de sustentabilidade estão mais envolvidos em relatos sobre ações de desenvolvimento sustentável (Cho & Patten, 2007; Tsang et al., 2009) e conseqüentemente, os setores com impactos de sustentabilidade mais elevados são mais propensos a abordar os ODS em seus relatórios (Elalfy et al., 2020). Ainda nesse sentido, há indícios que empresas vinculadas a externalidades negativas enfrentam mais pressão para fazer o bem ativamente, contribuindo para os desafios locais, de modo a serem bem-vistas pelos *stakeholders* (Crilly et al., 2016). Em outras palavras, empresas sob alto escrutínio social e com partes interessadas preocupadas com questões éticas e ambientais tendem a valorizar o relato de metas de desenvolvimento sustentável e, em indústrias controversas, os relatórios de ODS podem ser utilizados para reduzir sua imagem pública negativa (Emma & Jennifer, 2021).

Neste contexto, setores controversos podem ser entendidos como aqueles em que produtos e serviços ou conceitos, por motivo de sensibilidade, decência, moralidade ou medo, tendem a provocar reações de aversão, desgosto, ofensa ou medo (Kilian & Hennigs, 2014; Song & Wen, 2020; Wilson & West, 1981). Sob outra perspectiva, são aquelas indústrias consideradas antiéticas e não socialmente responsáveis como jogos de azar, tabaco ou álcool (Byrne, 2010; Emma & Jennifer, 2021). Nesse sentido, indústrias controversas estariam mais dispostas a se engajar em questões de responsabilidade social corporativa, a fim de obter legitimidade empresarial (Du & Vieira, 2012) e isso se refletiria na qualidade de seus relatos.

Dessa maneira, pesquisadores, a partir da teoria da legitimidade, apregoam que empresas de setores ‘pecaminosos’ e as que enfrentam conflitos ambientais podem se utilizar

dos relatos de sustentabilidade como uma tentativa de reduzir sua exposição social e política e desviar a atenção das preocupações sociais e ambientais (Emma & Jennifer, 2021). Adicionalmente, há sinalização de que nestes setores ocorre uma maior disposição de divulgação de informações como tentativa de se legitimar (Cho & Patten, 2007). Dessa maneira, parte-se da seguinte hipótese:

***Hipótese 1:** Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina inseridas em setores controversos tendem a apresentar relatos de maior qualidade.*

2.4.2 Influência da capacidade produtiva nos relatos

A organização, ao operar além de suas fronteiras nacionais, acaba por enfrentar questões adicionais, como o chamado *liability of foreignness* que representa os desafios e custos de se entrar em um ambiente desconhecido, especialmente se não tiver conhecimento institucional e mercadológico local (ORR; SCOTT, 2008; ZAHEER, 1995). No caso da sustentabilidade, as comunidades locais, organizações não governamentais, regulamentos do país anfitrião e autoridades regulatórias são fatores importantes que influenciam as estratégias das organizações (IKE *et al.*, 2019), uma vez que as prioridades de sustentabilidade do país em que as operações ocorrem e as prioridades do país de origem não são necessariamente iguais (CLARO; ESTEVES, 2021). Isso acaba por tornar ainda mais complexo o processo de legitimação por parte de multinacionais, tendo em vista a necessidade de equilibrar diferentes expectativas. Adicionalmente, multinacionais de mercados desenvolvidos e emergentes podem apresentar trajetórias diferentes na busca de alcançar os ODS (GOMEZ-TRUJILLO; GONZALEZ-PEREZ, 2020), o que pode adicionar ainda mais complexidade ao processo de legitimação.

A literatura indica que as multinacionais podem optar por utilizar o relato das práticas de sustentabilidade como uma medida simbólica para ganhar legitimidade (LIOU; RAO-NICHOLSON, 2021), sendo que em locais onde há maior expectativa de atividades mais sustentáveis, as empresas tendem a produzir mais relatórios (DUTTA; LAWSON; MARCINKO, 2012). Essas expectativas podem ser maiores em relação a empresas que operam em países com baixas capacidades produtivas. As capacidades produtivas podem ser definidas como os recursos produtivos, as capacidades empresariais e a ligações de produção que, em conjunto, determinam a capacidade de um país produzir bens e serviços de maneira internacionalmente competitiva (UNCTAD, 2006).

Neste contexto, políticas de desenvolvimento bem-sucedidas contribuem para melhorar tanto a capacidade produtiva nacional como diferentes dimensões de desenvolvimento humano (CLING; DELECOURT, 2022). Um estudo que examinou o efeito das capacidades produtivas sobre o crescimento econômico e a volatilidade do crescimento em países em desenvolvimento concluiu que as capacidades produtivas não apenas promovem o crescimento econômico, como também reduzem a volatilidade deste crescimento (GNANGNON, SENA KIMM, 2021). Assim, as capacidades produtivas estão diretamente relacionadas ao crescimento econômico que, por sua vez, são inerentes ao desenvolvimento sustentável e aos ODS. Dessa maneira, entende-se que países que apresentam menores taxas de capacidades produtivas, tendem a exercer maior pressão sobre as organizações para que adotem ações de sustentabilidade, bem como as relatem de maneira mais transparente. Dessa maneira, parte-se da seguinte hipótese:

Hipótese 2: Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina que operam em países de baixa capacidade produtiva tendem a apresentar relatos de maior qualidade.

2.4.3 Influência do país de origem nos relatos

As políticas de sustentabilidade corporativas são influenciadas pelas instituições dos países de origem das organizações (DOH; GUAY, 2006; KOLK; VAN TULDER, 2010; VAN ZANTEN; VAN TULDER, 2018). Estudos anteriores apontam que o nível de responsabilidade corporativa, de desempenho ambiental e o desenvolvimento sustentável de um país podem impactar no desempenho de sustentabilidade das organizações (JENSEN; BERG, 2012; KOLK; PEREGO, 2010; SOTORRÍO; SÁNCHEZ, 2010) e isso pode estar relacionado à influência de regulamentações nacionais específicas ou fatores culturais nas práticas de sustentabilidade das organizações (ROSATI; FARIA, 2019a).

No caso dos relatórios de sustentabilidade, o país de origem pode influenciar principalmente por causa de diferenças nas características institucionais, como sistemas políticos e jurídicos, economia e finanças, normas socioculturais e sistemas de educação e trabalho (HAHN; KÜHNEN, 2013; JENSEN; BERG, 2012; ROSATI; FARIA, 2019a). Neste sentido, o país ou região de origem tem efeito sobre a adoção (BUHR; FREEDMAN, 2001; JENSEN; BERG, 2012), a extensão (CHEN; BOUVAIN, 2009; HAHN; KÜHNEN, 2013) e a qualidade dos relatórios de sustentabilidade (VORMEDAL; RUUD, 2009). Inclusive há estudo que mostra que países com níveis mais altos de exposição à questões de sustentabilidade são

mais propensos a abrigar organizações que relatam os ODS (ROSATI; FARIA, 2019a). Diante disso, o país de origem é apontado na literatura como determinante para as ações de desenvolvimento sustentável (GOMEZ-TRUJILLO; GONZALEZ-PEREZ, 2020) e, conseqüentemente, para sua divulgação por parte das empresas (JENSEN; BERG, 2012), sendo que o sucesso dessas ações depende de vários fatores institucionais (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017).

Em termos regionais, os resultados de um estudo indicam efeito regional com as maiores porcentagens de relatos de ODS na América do Sul e na Europa (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020), que decorre de regulamentações governamentais mais altas e de isomorfismo institucional (AMOAKO; LORD; DIXON, 2017). Vale ressaltar que as multilatinas e outras empresas da América Latina e Caribe enfrentam desafios associados à sua origem emergente (GONZALEZ-PEREZ *et al.*, 2021), inclusive déficit de reputação e legitimidade ao operar internacionalmente (VIDAVER-COHEN; GOMEZ; COLWELL, 2015), o que pode levar à uma maior qualidade de relatos em busca de ganho ou melhoria de sua legitimidade. Neste sentido, assumiu-se que o nível de responsabilidade do país de origem pode influenciar a divulgação dos ODS (ROSATI; FARIA, 2019a), assim como a qualidade do relato:

Hipótese 3: Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina originárias de países com melhores índices de responsabilidade social tendem a apresentar relatos de maior qualidade.

2.4.4 Influência da verificação externa nos relatos

Como a divulgação de sustentabilidade pode ser considerada uma estratégia organizacional em resposta à demanda de seus *stakeholders*, existe um risco significativo de que as empresas forneçam informações para se beneficiarem, visando salvaguardar sua legitimidade, em vez de informações precisas e imparciais, o que pode levar a questionamentos sobre a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade (LASHITW, 2021). A confiabilidade também pode ser questionada devido à ampla gama de informações fornecidas (DIAZ-SARACHAGA, 2021; KNEBEL; SEELE, 2015), à excessiva importância atribuída aos dados qualitativos (DIAZ-SARACHAGA, 2021; ROCA; SEARCY, 2012), à opacidade dos relatórios (DIAZ-SARACHAGA, 2021; RAMOS *et al.*, 2013) e ao controle das informações por parte da alta administração (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; DIAZ-SARACHAGA, 2021).

Neste contexto, a validação externa aparece como uma alternativa na busca pelo aumento da credibilidade dos relatórios de sustentabilidade. A validação externa é aquela fornecida por organização independente e pode incluir a validação por meio de padrões de garantia e a partir de estruturas e diretrizes internacionais (ROSATI; FARIA, 2019b). Por ser independente, a verificação ajuda a fortalecer a credibilidade junto às partes interessadas (GARCÍA-SÁNCHEZ, 2020), além de aumentar a robustez, precisão e confiabilidade das informações divulgadas nos relatórios (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009). Neste sentido, estudo anterior encontrou relação positiva entre a adoção de relatórios de ODS e a asseguração externa (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020; ROSATI; FARIA, 2019b), sendo que organizações que seguem diretrizes e padrões internacionais de sustentabilidade em adição à garantia externa tem maior probabilidade de relatar os ODS (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020)

A validação externa é reconhecida como um indicador de legitimidade e compromisso com o relato de sustentabilidade (SCHALTEGGER; WAGNER, 2011), aumentando a credibilidade e a qualidade dos relatos (KILIÇ; UYAR; KUZHEY, 2019; SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009), além de demonstrar que as organizações relatoras estão levando a sério a abordagem dos ODS (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020). Assim, parte-se do entendimento que:

***Hipótese 4:** Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina que passam por processo de verificação externa tendem a apresentar relatos de maior qualidade.*

2.4.5 Influência da participação feminina nos relatos

Embora ainda sem consenso, a participação feminina tem sido cada vez mais incluída nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Todavia, há prevalência na literatura no sentido de que as mulheres exigem níveis mais elevados de sustentabilidade (CALABRESE; COSTA; ROSATI, 2016; LÄMSÄ *et al.*, 2008; ROSATI; FARIA, 2019b; ROSATI *et al.*, 2018) e que o enfraquecimento das mulheres leva a consequências econômicas e sociais negativas como governança inferior, maior incidência de conflitos, menor estabilidade, pior desempenho econômico e progresso social mais lento (HUDSON; BOWEN; NIELSEN, 2020). Estudos também indicam que a igualdade de gênero pode melhorar o desempenho organizacional (HOOGENDOORN; OOSTERBEEK; VAN PRAAG, 2013; ROH; KIM, 2016), além de gerar externalidades na comunidade em que as EMNs estão inseridas, uma vez que o empoderamento

das mulheres, combinado com políticas públicas de qualidade, contribui para o desenvolvimento econômico (DUFLO, 2012).

Outros estudos indicam que uma maior proporção de mulheres no Conselho de Administração está associada a um maior envolvimento ambiental e social e a uma maior probabilidade de reportar questões de sustentabilidade (FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ-BLANCO, 2014; FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2012; ROSATI; FARIA, 2019b). Adicionalmente, a diversidade de gênero entre os membros aumentaria a eficácia organizacional em desenvolver conexões mais fortes com os *stakeholders*, representando suas necessidades e diversidade (ADAMS; FERREIRA, 2009; FRIAS-ACEITUNO; RODRIGUEZ-ARIZA; GARCIA-SANCHEZ, 2013; ROSATI; FARIA, 2019b).

Uma pesquisa que analisou a diversidade de gênero como uma estratégia de legitimidade, encontrou evidência empírica de que pertencer a uma indústria controversa exerce um impacto positivo na diversidade de gênero (SAEED; BALOCH; RIAZ, 2021). Como exposto anteriormente, empresas de setores controversos sofrem pressão adicional e, portanto, precisam empreender maiores esforços em busca de legitimação. Assim, a criação e gestão de uma identidade de diversidade poderia impactar as percepções de legitimidade das organizações junto a *stakeholders* internos e externos (COLE; SALIMATH, 2013), uma vez que a liderança feminina pode ser vinculada a uma preocupação da empresa em responder a diferentes necessidades, além de enfrentar os desafios inerentes à desigualdade de gênero.

Na divulgação das ações, um estudo encontrou uma relação positiva entre a presença feminina e a qualidade dos relatórios não financeiros baseando suas implicações no histórico e nas características das mulheres (KHAN; KHAN; SAEED, 2019). Outro estudo, indica que a relação positiva entre os relatos e a presença feminina é moderada por um alto grau de igualdade de gênero e proteção aos acionistas (BYRON; POST, 2016). Já outra pesquisa indica que a adoção precoce de relatórios de ODS está relacionada com uma maior participação de mulheres nas diretorias e uma diretoria mais jovem (ROSATI; FARIA, 2019b). Em relação à qualidade da divulgação de ações de responsabilidade social corporativa, uma maior proporção de mulheres no conselho, pode estar positivamente relacionada a uma maior qualidade de divulgação, com a inclusão de mais informações sobre as estratégias de RSC e declarações de garantia (FERNANDEZ-FEIJOO; ROMERO; RUIZ, 2012).

Em termos regionais, há levantamentos que indicam aumento do percentual de mulheres em cargos da alta administração mesmo em mercados emergentes como a América Latina (GRANT THORNTON, 2013, 2014). Todavia, apesar desde aumento da participação da

liderança feminina na América Latina, a região continua caracterizada por atitudes tradicionais de gênero (HERMANS *et al.*, 2017).

Assim, considerando que a inclusão de mulheres pode ser utilizada como uma sinalização de que, em busca de legitimidade, a empresa está disposta e apta a agir a partir de uma visão de longo prazo, levando em consideração os interesses de diferentes *stakeholders* (LASHITEW, 2021) e que a diversidade de gênero nas equipes de liderança aumenta a eficácia na busca por estratégias ecologicamente corretas (GLASS; COOK; INGERSOLL, 2016), parte-se da ideia que:

Hipótese 5: Em busca de legitimidade, as maiores empresas na América Latina que possuem maior percentual de mulheres em cargos de liderança tendem a apresentar relatos de maior qualidade.

A próxima seção se destina a apresentar a metodologia utilizada neste estudo.

3 METODOLOGIA

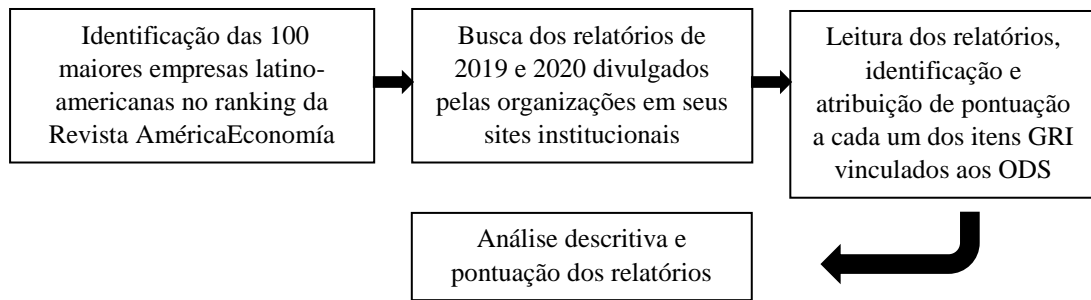
Esta seção descreve a metodologia utilizada na realização do estudo sobre a qualidade dos relatórios das maiores empresas localizadas na América Latina no período de 2019 e 2020. Adotou-se uma abordagem de diferentes métodos que possibilitasse a coleta de dados, sua análise e posterior interpretação. Para tanto, o estudo foi dividido em duas partes principais, uma análise descritiva caracterizada pela organização, análise e apresentação dos dados coletados dos relatórios, e outra estatística inferencial para realizar as análises e a apresentação dos resultados.

Na primeira parte, após obtenção dos relatórios de sustentabilidade das empresas, os dados foram coletados, organizados e pontuados manualmente seguindo um protocolo padrão e reproduzível. Na segunda parte, utilizando-se da pontuação dos relatórios obtidos na primeira parte, bem como de um conjunto de variáveis, internas e externas à empresa, coletadas em várias fontes, foi realizada análise através do uso de regressão múltipla. Os próximos itens explicitam os procedimentos e metodologias utilizados em cada uma das partes.

3.1 Primeira parte: Coleta e pontuação dos relatórios

Esta parte da pesquisa contempla quatro etapas conforme apresentado na Figura 2. Na primeira etapa foi feita a identificação das 100 primeiras organizações do ranking *500 Empresas más Grandes de Latinoamérica* de 2021 da revista *AméricaEconomía* (AMÉRICAECONOMÍA, 2019). Considera-se esse ranking adequado tendo em vista que é um desafio obter uma lista consolidada de empresas latino-americanas, sendo as informações deste ranking utilizadas em diferentes estudos no contexto da América Latina (AGUILERA *et al.*, 2017). O estabelecimento do número de empresas estudadas é superior a pesquisas anteriores com objetivos próximos a esta análise que utilizaram 48 relatórios de sustentabilidade de 20 empresas gregas atuantes em 10 diferentes setores (TSALIS *et al.*, 2020), outro estudo que utilizou relatórios anuais das 50 maiores empresas listadas em dois países: Itália e Reino Unido (MIO; VENTURELLI, 2013) ou ainda um estudo sobre a inclusão dos ODS nos relatórios de sustentabilidade de cinco bancos europeus (AVRAMPOU *et al.*, 2019).

Figura 2 – Procedimentos da Primeira Parte



Fonte: Os autores (2022)

A partir desta listagem, iniciou-se a busca dos relatórios dos anos 2019 e 2020 das organizações. Estes anos foram selecionados uma vez que no final de 2019, teve início as contaminações por um novo vírus que culminou em uma pandemia a nível mundial. Assim, considera-se prudente a inclusão de um período ainda sem os efeitos desta pandemia (2019) e o ano posterior, com os relatórios já refletindo as ações e alterações pertinentes (2020). Nesta busca, foram consideradas divulgações de ações de sustentabilidade em formato de relatório, independente do nome ou formato dado pela empresa a esta divulgação (ARAS; CROWTHER, 2009; TSALIS *et al.*, 2020). Outro critério para a inclusão na amostra, é que o reporte deveria ser elaborado e divulgado por organização estabelecida na América Latina. Por exemplo, a empresa Ford Motor Company estabelecida no México (45^a posição no ranking da revista AméricaEconomía) não teve seus relatórios incluídos na amostra final, uma vez que foram localizados apenas relatórios a nível mundial.

A Tabela 1 apresenta o resultado desta etapa do trabalho. A amostra final conta com 117 relatórios (58,8% da amostra inicial de 200 possíveis relatórios a serem analisados). Como descrito no parágrafo anterior, quando foi localizado apenas o relatório global (31 casos, ou 15,5%), optou-se pela exclusão da amostra, uma vez que a abrangência do relato se dava a nível mundial, sem separação clara das ações reportadas para a América Latina. No período analisado, não foi divulgado nenhum relatório, informe ou reporte em 21 casos (10,5%). Em 17 (8,5%) casos, a empresa não divulgou suas ações individualmente, porém, de maneira indireta, já que suas ações estavam refletidas na apresentação dos grupos empresariais a que elas pertencem, presentes na amostra que, conseqüentemente, as incluiu no relato. Por fim, em 14 casos (7,0%) houve a divulgação do relatório, porém não foi utilizado o padrão GRI, que é um dos requisitos necessários para a pontuação de qualidade. Dentre os relatórios da amostra final, 59 (50%) foram redigidos em Espanhol, 56 (48%) em Português e 2 (2%) em Inglês.

Tabela 1 - Composição da Amostra

Status	Nº de Relatórios	Percentual
Amostra Final - Padrão GRI	117	58,5%
Localizado apenas reporte global	31	15,5%
Informação não divulgada	21	10,5%
Incluído no relatório de outra empresa	17	8,5%
Não utiliza padrão GRI	14	7,0%
Total	200	100,0%

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

A *Etapa 2* envolveu a leitura dos relatórios para mensuração da qualidade. Esta mensuração foi realizada nos moldes do *framework* metodológico proposto por Tsalis et al, 2020. Esta estrutura visa avaliar o nível de alinhamento das práticas de relato de sustentabilidade corporativa com o escopo dos ODS a partir de tópicos de divulgação do *Global Reporting Initiative* (GRI), desta forma avaliando a qualidade das informações publicadas (TSALIS *et al.*, 2020). Inicialmente se buscou o documento atualizado (GRI, 2021) que fizesse a vinculação entre os ODS e os tópicos GRI. Esforço semelhante foi empreendido para se analisar a comunicação dos ODS nos relatórios de cinco bancos europeus (AVRAMPOU *et al.*, 2019). Assim, chegou-se à Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS) (QUADRO 2).

A Matriz apresenta média de 12 tópicos GRI por ODS, sendo que seis Objetivos (ODS 3, 6, 5, 8, 12, 16) possuem mais tópicos que a média. O ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico possui o maior número de tópicos GRI vinculados (40 tópicos) e o ODS 4 – Educação de Qualidade o menor número de tópicos (1 tópico). Alguns tópicos GRI aparecem em mais de um ODS, uma vez que seus efeitos influenciam mais que um Objetivo. Por exemplo, os tópicos 305-1, 305-2 e 305-3 que tratam das emissões de gases do efeito estufa (GEE), Escopos, 1, 2 e 3 respectivamente, aparecem em cinco diferentes Objetivos, uma vez que os GEE estão estreitamente relacionados com a saúde e bem-estar (ODS 3), consumo e produção (ODS 12); mudança climática (ODS 13), vida na água (ODS 14) e vida na terra (ODS15). Neste sentido, tem-se a seguinte distribuição: quatro tópicos aparecem em cinco ODS, nove tópicos aparecem em quatro ODS, 24 tópicos aparecem em três ODS, 18 tópicos aparecem em dois ODS e os demais tópicos aparecem em apenas um ODS.

Quadro 2 – Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS)

ODS	Tópicos de divulgação GRI	Nº de Tópicos GRI
ODS 1: Sem pobreza	202-1; 203-2; 207-1; 207-2; 207-3; 207-4; 413-2	7
ODS 2: Fome zero	411-1; 413-2	2
ODS 3: Boa saúde e bem-estar	203-2; 305-1; 305-2; 305-3; 305-6; 305-7; 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5; 401-2; 403-6; 403-9; 403-10	15
ODS 4: Educação de qualidade	404-1	1
ODS 5: Igualdade de gênero	102-22; 102-24; 202-1; 203-1; 401-1; 401-2; 401-3; 404-1; 404-3; 405-2; 406-1; 408-1; 409-1; 414-1	14
ODS 6: Água limpa e saneamento	303-1; 303-2; 303-3; 303-4; 303-5; 304-1; 304-2; 304-3; 304-4; 306-1; 306-2; 306-3; 306-5	13
ODS 7: Energia limpa e acessível	302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5	5
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	102-8; 102-41; 201-1; 202-1; 202-2; 203-2; 204-1; 301-1; 301-2; 301-3; 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5; 306-2; 401-1; 401-2; 401-3; 402-1; 403-1; 403-2; 403-3; 403-4; 403-5; 403-7; 403-8; 403-9; 403-10; 404-1; 404-2; 404-3; 405-1; 405-2; 406-1; 407-1; 408-1; 409-1; 414-1; 414-2	40
ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura	201-1; 203-1	2
ODS 10: Redução das desigualdades	102-8; 207-1; 207-2; 207-3; 207-4; 401-1; 404-1; 404-3; 405-2	9
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	203-1; 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5	6
ODS 12: Consumo e produção responsáveis	301-1; 301-2; 301-3; 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5; 303-1; 305-1; 305-2; 305-3; 305-6; 305-7; 306-1; 306-2; 306-3; 306-4; 306-5; 417-1	20
ODS 13: Ação climática	201-2; 302-1; 302-2; 302-3; 302-4; 302-5; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5	11
ODS 14: Vida debaixo da água	304-1; 304-2; 304-3; 304-4; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 305-7	10
ODS 15: Vida na terra	304-1; 304-2; 304-3; 304-4; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 305-7; 306-3; 306-5	12
ODS 16: Paz, justiça e instituições fortes	102-16; 102-17; 102-21; 102-22; 102-23; 102-24; 102-25; 102-29; 102-37; 205-1; 205-2; 205-3; 206-1; 307-1; 403-4; 403-9; 403-10; 408-1; 410-1; 414-1; 414-2; 415-1; 416-2; 417-2; 417-3; 418-1; 419-1	27
ODS 17: Parcerias	207-1; 207-2; 207-3; 207-4	4
Total de Tópicos de Divulgação GRI		198
Número Médio de Tópicos de Divulgação GRI		12

Fonte: adaptado de GRI (2021)

A partir da MDS, passou-se para o estabelecimento do sistema de pontuação. O artigo que propôs o *framework* para mensuração da qualidade aqui utilizado (TSALIS *et al.*, 2020), propõe um sistema de pontuação simples de três pontos para cada tópico de divulgação GRI: 0 pontos quando a informação não é mencionada para um tópico específico de divulgação; 1 ponto quando são fornecidas informações qualitativas sobre um tema específico de divulgação; 2 pontos quando são fornecidas informações quantitativas sobre um tema específico de divulgação. Neste estudo, parte-se de um sistema de pontuação mais abrangente de cinco pontos

(QUADRO 3). Sistema de pontuação semelhante foi utilizado em um estudo sobre a contribuição de empresas do ramo imobiliário da União Europeia para o desenvolvimento sustentável realizado a partir da análise dos relatórios com informações de sustentabilidade divulgados pelas empresas (IONAȘCU *et al.*, 2020).

Quadro 3 - Critérios de Pontuação de Qualidade

Descrição	Pontos
A empresa não menciona/inclui o item ou informação relativa ao tópico GRI no relatório	0
A empresa menciona o tópico GRI e sua importância, mas não inclui quaisquer aspirações ou ambições específicas	1
A empresa menciona o tópico GRI e inclui uma ambição ou aspiração qualitativa para alcançá-lo	2
A empresa apresenta indicadores quantitativos para o tópico GRI	3
A empresa apresenta indicadores quantitativos e metas para o tópico GRI	4

Fonte: adaptado de PwC, 2017; Scott & McGill, 2018

Assim, a pontuação máxima que um tópico GRI poderia receber é quatro pontos. Todavia, alguns tópicos, dada sua natureza qualitativa, não poderia obter pontuação maior que um ponto. Por exemplo, o tópico 102-23 Presidente do mais alto órgão de governança (GRI 102: General Disclosures 2016) permite apenas a menção a esse tópico nos relatórios, não sendo possível o estabelecimento de metas e/ou aspirações, nem a apresentação de indicadores quantitativos. Apenas seis tópicos GRI possuem essa característica qualitativa com pontuação máxima estimada em um (1) ponto, sendo que um deles (102-24 Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança (GRI 102: General Disclosures 2016)) aparece em dois diferentes ODS. Esta adaptação da pontuação a cada tópico, inclusive, foi indicada no estudo que propôs a estrutura de análise aqui utilizada como base de modo a se chegar a uma avaliação mais precisa sobre os relatórios de sustentabilidade (TSALIS *et al.*, 2020). A pontuação máxima em cada um dos ODS é apresentada na Tabela 2.

A partir da MDS e do sistema de pontuação, cada relatório foi lido e cada tópico GRI identificado foi devidamente pontuado. A pontuação final de cada relatório é a soma da pontuação de cada tópico GRI incluído em cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constantes na Matriz. A maior pontuação possível é 771 pontos indicando que todos os tópicos GRI foram incluídos e obtiveram a maior nota possível, atingindo o melhor nível de qualidade de divulgação de acordo com os critérios aqui estabelecidos.

Tabela 2 – Pontuação Máxima Possível

ODS	Nº de Tópicos GRI	Pontuação Máxima
ODS 1: Sem pobreza	7	28
ODS 2: Fome zero	2	8
ODS 3: Boa saúde e bem-estar	15	60
ODS 4: Educação de qualidade	1	4
ODS 5: Igualdade de gênero	14	53
ODS 6: Água limpa e saneamento	13	52
ODS 7: Energia limpa e acessível	5	20
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	40	160
ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura	2	8
ODS 10: Redução das desigualdades	9	36
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	6	24
ODS 12: Consumo e produção responsáveis	20	80
ODS 13: Ação climática	11	44
ODS 14: Vida debaixo da água	10	40
ODS 15: Vida na terra	12	48
ODS 16: Paz, justiça e instituições fortes	27	90
ODS 17: Parcerias	4	16
Total	198	771

Fonte: Os autores (2022)

3.2 Segunda parte: Análise quantitativa da qualidade dos relatórios

Esta parte da pesquisa contempla a análise de regressão múltipla a partir de fatores internos e externos que podem influenciar a qualidade dos relatos de sustentabilidade das empresas latino-americanas.

3.2.1 Variáveis de Análise

Para a realização da análise quantitativa, foram selecionadas variáveis que permitissem o teste para validação das hipóteses. No Quadro 4 são apresentadas a descrição de cada uma delas bem como a fonte dos estudos anteriores em que estas variáveis foram consideradas. Em seguida, cada uma das variáveis é brevemente discutida.

Quadro 4 – Apresentação das Variáveis

Tipo de Variável	Sigla	Nome da Variável	Descrição da Variável	Referência
Variável Dependente	PTR	Pontuação Total do Relatório	Pontuação obtida em cada relatório a partir de itens GRI vinculados aos ODS realizada a partir da leitura e análise de cada um dos relatórios	(TSALIS <i>et al.</i> , 2020)
Variáveis Independentes	SETC	Setor Controverso	<i>Dummy</i> sendo 1 para empresas pertencentes a setores controversos e 0 para empresas pertencentes a setores não controversos	(EMMA; JENNIFER, 2021; SONG; WEN, 2020)
	CPRO	Capacidade Produtiva	Índice de Capacidade Produtiva dos países em que a empresa mantém operações	(GNANGNON, Sèna Kimm, 2021; UNCTAD, 2021)
	IRSCN	Índice de RSC Nacional	Índice de Responsabilidade Social Corporativa a nível país proposto por Skouloudis et al (2016)	(HALKOS; SKOULODIS, 2017; ROSATI; FARIA, 2019a; SKOULODIS; ISAAC; EVAGGELINOS, 2016)
	VEXT	Verificação Externa	<i>Dummy</i> sendo 1 para relatórios com verificação externa e independente, ainda que parcial/limitada e 0 para relatórios que não passaram por nenhuma verificação	(GERWING; KAJÜTER; WIRTH, 2022; IONAŞCU <i>et al.</i> , 2020; ROSATI; FARIA, 2019b)
	PFEM	Participação feminina	Percentual de liderança feminina na organização	(HUDSON; BOWEN; NIELSEN, 2020; ROSATI; FARIA, 2019b)
Variáveis de Controle	ANO	Ano do Relatório	Ano do relatório, para refletir possível impacto da pandemia de Covid-19	(ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020)
	TAM	Tamanho da empresa	Tamanho da empresa representado pelo número total de empregados	(CURTÓ-PAGÈS <i>et al.</i> , 2021; MIO; VENTURELLI, 2013; ROSATI; FARIA, 2019b)
	EXPR	Experiência na região	Tempo de atuação na América Latina em anos	(VOINEA <i>et al.</i> , 2020)
	INTL	Internacionalização	Número de países que a empresa mantém operações	(MAKINO; ISOBE; CHAN, 2004; ZHANG; PAN; JANARDHANAN, 2022)

Fonte: Os autores (2022)

Variável Dependente

Pontuação Total do Relatório (PTR). A variável dependente é a pontuação obtida em cada relatório a partir de itens GRI vinculados aos ODS representando a qualidade obtida por cada relatório na primeira parte deste estudo nos moldes do *framework* proposto por Tsalis et al. (2020). A partir da Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS) e do sistema de pontuação proposto, os relatórios foram lidos e cada tópico GRI recebeu uma pontuação. A

pontuação total de cada relatório é igual à soma da pontuação obtida em cada um dos itens GRI agrupados em cada um dos ODS. A pontuação máxima possível é de 717 pontos.

Variáveis Independentes

Setor Controverso (SETC). Setores controversos podem ser entendidos como aqueles em que produtos e serviços ou conceitos, que por motivo de sensibilidade, decência, moralidade ou medo, tendem a provocar reações de aversão, desgosto, ofensa ou medo (Kilian & Hennigs, 2014; Song & Wen, 2020; Wilson & West, 1981). No presente estudo foram considerados setores controversos: mineração, química, petróleo, farmacêutico, energia nuclear, siderurgia, *fast food*, tabaco, álcool (KILIAN; HENNIGS, 2014), cimento e biotecnologia (CAI; JO; PAN, 2012). Neste caso foi proposta a utilização de *dummy* sendo designado 1 para empresas relatoras que atuam em setores controversos e 0 para empresas relatoras que atuam nos demais setores. Conforme descrito na Hipótese 1, espera-se uma relação positiva entre setor controverso e a qualidade dos relatórios das empresas latino-americanas.

Capacidade Produtiva (CPRO). A capacidade produtiva pode ser entendida como o conjunto dos recursos produtivos, das capacidades empresariais e das ligações de produção que determinam a capacidade de um país produzir bens e serviços de maneira internacionalmente competitiva (UNCTAD, 2006). Neste estudo, é considerada a capacidade produtiva do(s) país(es) em que a empresa relatora mantém operação. Para tanto, foi utilizado o Índice de Capacidade Produtiva (em Inglês *Productive Capacities Index - PCI*) fornecido pela *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD). O PCI fornece uma medida quantitativa dos recursos produtivos, capacidades empresariais e vínculos de produção de uma determinada economia, sendo calculado a partir de oito categorias: tecnologia da informação e comunicação (TIC), mudança estrutural, capital natural, capital humano, energia, transporte, setor privado e instituições (UNCTAD, 2021).

Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional (IRSCN). Skouloudis et al (2016) revisitaram indicador calculado anteriormente (GJØLBERG, 2009) apresentando um ranking de 86 países a partir do Índice de Responsabilidade Corporativa Nacional proposto. Este indicador foi construído a partir de 16 padrões, classificações e iniciativas internacionais de Responsabilidade Social Corporativa e descreve o nível de conduta de RSC nos países (ROSATI; FARIA, 2019a). No presente estudo, foram considerados os Índices de RSC Nacional (IRSCN) dos países de origem das organizações relatoras atuantes na América Latina.

Verificação Externa (VEXT). A verificação externa diz respeito à asseguuração dos relatórios ou tópicos dos relatórios por terceira parte independente de modo a validar e/ou confirmar o conteúdo dos relatos. Neste estudo, foi utilizada uma variável *dummy* atribuindo 1

para relatórios que passaram por verificação externa, seja ela total ou limitada e 0 para relatórios que não passaram por nenhuma verificação. A identificação ou não da utilização de verificação externa foi realizada a partir da menção no próprio relatório, especialmente, através do Sumário GRI. Esta variável foi considerada em estudo anterior, sendo encontrada relação positiva entre a adoção antecipada de relatórios de ODS e verificação externa (ROSATI; FARIA, 2019b).

Participação Feminina em Cargos de Liderança (PFEM). A Participação Feminina foi medida a partir do percentual de liderança feminina divulgado no próprio relatório ou nos sites das organizações. Em casos omissos, foi utilizado o percentual de participação das mulheres nos Conselhos de Administração e no Corpo Diretivo das organizações. Vale ressaltar que foi encontrada relação positiva entre a adoção antecipada de relatórios de ODS e participação feminina em cargos de direção (ROSATI; FARIA, 2019b).

Variáveis de Controle

Ano do Relatório (ANO). O ano do relatório foi incluído como variável para refletir possíveis impactos da pandemia de Covid-19 na qualidade dos relatórios das empresas latino-americanas.

Tamanho da Empresa (TAM). O tamanho das organizações é amplamente considerado em estudos do tema uma vez que o tamanho de uma organização pode afetar sua disposição de relatar os ODS, pois grandes organizações podem ser mais propensas a integrar práticas sustentáveis que as menores (ROSATI; FARIA, 2019b). Isso porque grandes organizações sofrem maior pressão dos *stakeholders* para operar de maneira socialmente responsável e sustentável (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020; WICKERT; SCHERER; SPENCE, 2016), seja por terem maior exposição ao público e maior vulnerabilidade à opinião pública e reações da mídia (ALI; JIMÉNEZ-ZARCO; BICHO, 2015; ARTIACH *et al.*, 2010; SHABANA; BUCHHOLTZ; CARROLL, 2017), seja pelo maior acesso a recursos (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020), tanto em termos de escala como de escopo. Estes recursos podem ser cruciais para o financiamento do comprometimento com os ODS e para superar os riscos inerentes às mudanças necessárias para adequação sustentável (ARAGÓN-CORREA *et al.*, 2008; ROSATI; FARIA, 2019b; UDAYASANKAR, 2008). Neste estudo, optou-se por utilizar o número de empregados como medida do tamanho da organização, em detrimento da receita ou valor dos ativos, partindo da ideia de um maior grau de sensibilidade que organizações com maior número de trabalhadores devem ter em termos de divulgações corporativas, especialmente sobre os empregados da empresa (MIO; VENTURELLI, 2013; PERRINI; RUSSO; TENCATI, 2007).

Experiência na América Latina (EXPR). Cada região possui um ecossistema de negócios diferente. No caso da América Latina, este ecossistema é caracterizado por países de

renda média (TEZANOS, 2018), desigualdade (CEPAL, 2019) e constantes crises políticas, sociais, econômicas e ambientais (GONZALEZ-PEREZ *et al.*, 2021). Conhecer essas características regionais pode levar a melhor entendimento das necessidades e pressões exercidas pelos *stakeholders* e, conseqüentemente à criação de melhores estratégias para lidar com elas, obtendo legitimidade. Assim, essa variável é representada pelo número de anos de atuação da empresa na região. No caso de organizações de origem latino-americana, foi calculada a partir do ano de sua fundação, já no caso de empresas originárias de outros países, foi considerado o ano de chegada ao país latino-americano que aparece no *ranking* da revista América Economía.

Internacionalização (INTL). A variável Internacionalização, reflete o número de países em que a organização mantém operações. A inclusão dessa variável de controle parte do argumento de que as multinacionais sofrem mais pressão das partes interessadas do que empresas que fazem negócios em apenas um país (NORTH, 1990; SCHEYVENS; BANKS; HUGHES, 2016), o que pode levar a uma maior busca por legitimidade.

3.2.2 Método de Análise

Para analisar a influência de fatores internos e externos às organizações na qualidade dos relatos de sustentabilidade divulgados pelas maiores empresas da América Latina, a partir dos testes das hipóteses propostas, foi utilizado como base o seguinte modelo de regressão linear múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO):

$$PTR_i = \beta_0 + \beta_1 SETC_i + \beta_2 CPRO_i + \beta_3 IRSCN_i + \beta_4 VEXT_i + \beta_5 PFEM_i + \beta_6 ANO_i + \beta_7 TAM_i + \beta_8 EXPR_i + \beta_9 INTL_i + u_i \quad (1)$$

Onde:

PTR = Pontuação Total dos Relatórios obtida na primeira parte do estudo

SETC = Setor Controverso

CPRO = Capacidade Produtiva dos países em que a empresa mantém operações

IRSCN = Índice de RSC Nacional do país de origem

VEXT = Verificação Externa

PFEM = Participação Feminina em Cargos de Liderança

ANO = Ano do relatório

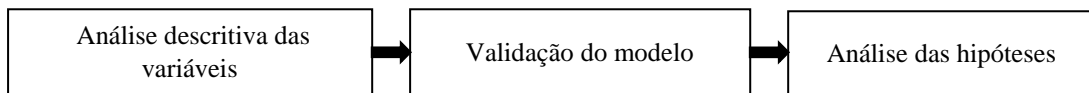
TAM = Tamanho da empresa representado pelo número de funcionários

EXPR = Experiência da empresa na América Latina

INTL = Internacionalização da empresa

Os testes estatísticos foram realizados no software Rstudio versão 1.4.1717. A Figura 3 resume os três procedimentos adotados na análise.

Figura 3 – Procedimentos da Segunda Parte



Fonte: os autores (2022)

O Quadro 5 apresenta uma síntese dos testes e valores de referência.

Quadro 5 – Síntese dos Testes e Valores de Referência

	Descrição	Teste Utilizado	Síntese do Teste	Valor de referência
Normalidade	O erro populacional u_i é independente das variáveis explicativas e é normalmente distribuído com média 0 e variância σ^2	Jarque-Bera (JB)	É um teste assintótico que se baseia nos resíduos de MQO. A hipótese nula é que os resíduos são normalmente distribuídos	Se o valor p for razoavelmente alto, o que acontece quando o valor da estatística está próximo de zero, não rejeitaremos a hipótese de normalidade.
Colinearidade	Uma das premissas da regressão é que não há colinearidade (relação linear) exata entre as variáveis X.	1. Fator de inflação da variância (FIV) 2. Correlação entre variáveis	1. O FIV mostra como a variância de um estimador é inflada pela presença da multicolinearidade 2. Analisa a correlação entre dois regressores	1. Como regra prática, se o FIVj de uma variável for maior que 10 essa variável será tida como altamente colinear 2. Se o coeficiente de correlação entre dois regressores for alto, por exemplo, maior que 0,8, a multicolinearidade será um problema sério
Homocedasticidade	A variação em torno da linha de regressão é a mesma para todos os X; não aumenta nem diminui quando X varia. Assim, a variância do termo de erro é a mesma independentemente do valor de X	Teste de Breusch-Pagan	O objetivo é testar se há uma relação quadrática entre os erros da regressão e os regressores	Se em uma aplicação o $\Theta (= X^2)$ calculado for maior que o valor crítico X^2 no nível escolhido de significância, poderemos rejeitar a hipótese de homocedasticidade; caso contrário, esta não será rejeitada. Se $p\text{-valor} < 0,05$ rejeita-se H_0 e se rejeitar H_0 haverá o problema da heteroscedasticidade.

Fonte: adaptado de Gujarati; Porter (2011)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados será dividida em duas partes com base na metodologia apresentada nos tópicos 4.1 e 4.2. Na primeira parte, são apresentados os resultados obtidos na pontuação obtida pelas empresas, especialmente através da utilização de análise das médias de pontuação obtidas nos relatórios. Na segunda parte, são apresentados os resultados da análise dos modelos de regressão, bem como os testes das hipóteses propostas.

4.1 Análise da pontuação dos relatórios

A partir da Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS) e do sistema de pontuação propostos, cada um dos 117 relatórios foi lido e cada item GRI foi devidamente pontuado. A pontuação máxima possível era de 771 pontos, porém, a maior pontuação obtida foi de 458 (59,4% da pontuação máxima) no relatório de 2020 da empresa 1 - Petrobrás. Já a menor pontuação obtida foi de 9 pontos (1,2% da pontuação máxima) nos relatórios dos anos de 2019 e 2020 da empresa 38 - GPA – Grupo Pão de Açúcar. Neste último caso, embora a empresa tenha apresentado diversas informações, a maioria delas não estava vinculada a itens GRI, um dos critérios para a pontuação dentro da MDS. A média de pontuação obtida pelas empresas foi de 224 pontos (29,1%) e pontuação igual ou superior a esta média foi obtida por 55 relatórios (47% da amostra).

Como não existe uma estrutura global e compulsória, as divulgações das empresas são realizadas a partir de escolhas das organizações. Uma diferença inicial que pode ser mencionada é o tipo e o nome dado aos relatórios pelas empresas. A Tabela 3 apresenta uma síntese das nomenclaturas utilizadas. Os Relatórios de Sustentabilidade (46% da amostra) geralmente se voltam à divulgação de estratégias de sustentabilidade e questões ambientais, sociais e de governança das organizações (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021). O Relatório Anual (24% dos relatos), por sua vez, busca comunicar os resultados econômicos da organização a um amplo leque de *stakeholders* (LUSK, 1973), sendo possível a inclusão informações específicas de sustentabilidade, quer de maneira voluntária, quer de maneira obrigatória (ROMERO; RUIZ; FERNANDEZ-FEIJOO, 2019). Já o Relatório Integrado (21% dos relatórios) é entendido como uma comunicação concisa sobre como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização levam à criação, preservação e corrosão de valor no curto, médio e longo prazos (IIRC, 2021). Algumas empresas se utilizam da junção de dois tipos de relatórios (7%) e outros tipos de relatórios são utilizados em menor proporção (3%).

Tabela 3 – Identificação dos Relatórios

Tipo de Relatório	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Relatório de Sustentabilidade	54	46%	223
Relatório Anual	28	24%	217
Relato Integrado	24	21%	263
Relatório Anual e de Sustentabilidade	8	7%	148
Outros	3	3%	190
Total Geral	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Em uma análise a partir da média da pontuação obtida nos relatórios das organizações, o Relatório Integrado é o tipo de relatório com maior média (262 pontos), seguido pelo Relatório de Sustentabilidade (223 pontos) e pelo Relatório Anual (217 pontos). Esse achado inverte as primeiras colocações de qualidade de um outro estudo, que identificou que informações de maior qualidade são fornecidas, em ordem de qualidade, por Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios Integrados e Relatórios Anuais (ROMERO; RUIZ; FERNANDEZ-FEIJOO, 2019). Os Relatórios Anuais aparecem em terceiro lugar em ambos. Todavia, há que se destacar que o mencionado estudo utilizou como amostra dados de empresas listadas na Bolsa de Madrid entre os anos 2013 e 2015, ou seja, período anterior ao advento da Agenda 2030 que trouxe maior estímulo para a participação do setor privado no desenvolvimento sustentável. Isso pode refletir na melhoria das informações prestadas pelas organizações, ainda que as mesmas não sejam incluídas em relatórios não exclusivamente direcionados à sustentabilidade, como o caso do Relatório Integrado. Nessa mesma direção, outro estudo identificou que empresas com maior probabilidade de reportar os ODS são, em primeiro lugar, aquelas que adotam o Relatório Integrado, seguido pelas que adotam Relatórios *Standalone* (como os Relatórios de Sustentabilidade) e, por fim, aquelas que adotam o Relatório Anual (CURTÓ-PAGÈS *et al.*, 2021).

Em relação à extensão das comunicações, o relatório com maior número de páginas é da empresa número 81 (Grupo EPM) do ano de 2020 com 1.512 páginas. Já o relatório com menor número de páginas é da empresa 90 (Via Varejo) do ano 2019 que conta com 30 páginas. Para uma visão geral, a Tabela 4 apresenta uma síntese da quantidade de páginas dos relatórios da amostra. A maior parte dos relatórios em estudo (48%) possuem entre 101 e 200 páginas, seguido por relatórios de até 100 páginas (27%). Todavia, a maior média de pontuação foi identificada em relatórios com maior número de páginas, decaindo a cada faixa em análise. Isso pode indicar que relatórios mais extensos tendem a apresentar relatos de maior qualidade. Uma possível explicação é a amplitude e complexidade dos temas sustentáveis exigem maior espaço para apresentação e discussão das ações. Inclusive, a extensão do relatório aparece como um

dos determinantes com relação positiva em relação ao *SDG Reporting Score (SRS)* uma proxy qualitativa que representa a orientação da organização em reportar os ODS (PIZZI; ROSATI; VENTURELLI, 2021).

Tabela 4 – Número de Páginas

Nº de Páginas	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Até 100	32	27%	168
Entre 101 e 200	56	48%	224
Entre 201 e 300	15	13%	268
Acima de 300	14	12%	300
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

A Tabela 5 apresenta o número de relatórios, percentual da amostra e média na pontuação por Listagem em Bolsa de Valores, Adesão ao Pacto Global e uso das normas do *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*. No caso da amostra, 74% dos relatórios foram divulgados por empresas listadas em Bolsa de Valores. Uma possível explicação para a média de empresas listadas (233 pontos) ser superior à média de qualidade obtida por empresas não listadas (195 pontos) é que essas primeiras sofrem pressão adicional, uma vez que investidores evitam ações de empresas “pecaminosas” e muitos fundos de pensão descartam essas ações por razões sociais e éticas (HONG; KACPERCZYK, 2009). Sendo assim, as empresas podem buscar melhorar sua reputação e legitimidade diante das partes interessadas a partir da utilização de relatos de maior qualidade.

Tabela 5 – Empresas Listadas em Bolsa, Adesão ao Pacto Global e Utilização do SASB

	Listagem em Bolsa			Adesão ao Pacto Global			Utilização SASB		
	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Sim	87	74%	233	94	80%	240	37	46%	272
Não	30	26%	195	23	20%	157	80	68%	201
Total	117	100%	224	117	100%	224	117	115%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

O Pacto Global é uma iniciativa de sustentabilidade corporativa mundial, com mais de 16 mil participantes que busca o alinhamento de estratégias e operações a Dez Princípios Universais de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção (PACTO GLOBAL, [s. d.]). Neste estudo, a adesão ao Pacto Global apareceu em 80% da amostra, com média de pontuação (240 pontos) superior à média de pontuação de qualidade da amostra (224 pontos). Esse achado vai ao encontro de estudo anterior em que a adesão ao Pacto Global é o

único fator que é altamente significativo em relação aos relatórios de sustentabilidade (VAN DER WAAL; THIJSSSENS, 2020). Vale destacar também que empresas latino-americanas tem se mostrado interessadas em se engajar em práticas e iniciativas sustentáveis, como o Pacto Global e os ODS (GONZALEZ-PEREZ *et al.*, 2021), em linha com a ideia de que as empresas de mercados emergentes usam suas práticas de internacionalização e sustentabilidade para adquirir credibilidade e legitimidade nos mercados internacionais (VELEZ-OCAMPO; GONZALEZ-PEREZ, 2019).

Outro padrão utilizado pelas organizações é proposto pelo *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). As normas SASB orientam a divulgação de informações de sustentabilidade financeiramente relevantes pelas empresas aos seus investidores, sendo que os padrões identificam o subconjunto de questões ambientais, sociais e de governança (ESG) mais relevantes para o desempenho financeiro em cada setor (SASB, [s. d.]). Empresas que seguem essas normas, apresentaram média de qualidade de relatório superiores (272 pontos) a relatórios em que essas normas não são seguidas (201 pontos). Uma possível explicação é que empresas que optam por seguir um conjunto adicional de normas, em conjunto com o padrão GRI, demonstram maior preocupação e comprometimento com a qualidade dos relatos divulgados.

Outro ponto importante diz respeito à definição do conteúdo dos relatórios. Inclusive, esta é a primeira etapa da divulgação de sustentabilidade: a tomada de decisão sobre que tipo de dados coletar e compilar considerando as demandas significativas de tempo e recursos na coleta de dados através de uma análise de materialidade (LASHITEW, 2021). Isso porque nem todas as estruturas sociais são relevantes para todas as organizações em todos os momentos, sendo que a organização responde àqueles que são aplicáveis à sua pegada operacional específica (DONOHER, 2017). Assim, a análise de materialidade captura os interesses dos *stakeholders* internos e externos sobre os possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos da organização (GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI); UN GLOBAL COMPACT, 2018), de modo a priorizar questões relevantes e significativas tanto para a organização como para suas partes interessadas (LASHITEW, 2021).

A Figura 4 apresenta os temas materiais mencionados nos relatórios. Na amostra em estudo, apenas quatro relatórios não apresentaram análise de materialidade, porém uma das organizações informou que esta análise está sendo providenciada e será divulgada nos próximos ciclos de relato. Entre os termos mais mencionados, há predominância da dimensão ambiental com termos como Mudança Climática e Emissões de Gases do Efeito Estufa (em 96 relatórios), Gestão da Água e Efluentes (em 60 relatórios) e Gestão de Resíduos (em 48 relatórios). Relacionados à dimensão social, aparecem termos vinculados à Relacionamento com a

Comunidade/Entorno (em 69 relatórios), Diversidade, Inclusão e Igualdade (em 43 relatórios), Atração, Desenvolvimento e Fidelização do Talento Humano (em 40 relatórios) e Direitos Humanos (em 33 relatórios). Na dimensão econômica/governança, aparecem termos como Governança Corporativa (em 38 relatórios), Desempenho Econômico-Financeiro (em 24 relatórios) e Gestão de Riscos (em 21 relatórios).

Figura 4 - Temas Materiais Mencionados nos Relatórios



Legenda: Criado no wordclouds.com
Fonte: Os autores (2022).

Os itens GRI que mais foram mencionados nos relatórios e, conseqüentemente, mais pontuaram são apresentados na Tabela 6. Os itens que mais foram mencionados são 102-16 que aparece em 113 relatórios (96,6% da amostra) e 102-8 que aparece em 112 relatórios (95,7% dos relatórios). A maioria dos itens menos mencionados se refere ao grupo 207 que trata de

questões tributárias. Vale ressaltar que as orientações de divulgação para esse grupo foram publicadas pela *Global Reporting Initiative (GRI)* em 2019, sendo possível que as organizações não tenham divulgado esses itens pela falta de tempo hábil para prepará-los.

Tabela 6 – Itens GRI Mais e Menos Mencionados

Itens GRI mais mencionados	Nº de Relatórios
102-16 Valores, princípios, normas e códigos de comportamento (GRI 102: General Disclosures 2016)	113
102-8 Informações sobre empregados e outros trabalhadores (GRI 102: General Disclosures 2016)	112
305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE) (GRI 305: Emissions 2016)	106
302-1 Consumo de energia dentro da organização (GRI 302: Energy 2016)	103
305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (GRI 305: Emissions 2016)	102
Itens GRI menos mencionados	Nº de Relatórios
207-1 Abordagem tributária (GRI 207: Tax 2019)	17
306-5 Corpos de água afetados por descarte de água e/ou escoamento (GRI 306: Waste 2016)	16
207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal (GRI 207: Tax 2019)	12
207-3 Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos (GRI 207: Tax 2019)	9
207-4 Relato país-a-país (GRI 207: Tax 2019)	8

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Ainda no contexto do conteúdo dos relatórios, vale analisar a menção aos ODS, até mesmo porque o envolvimento com estes objetivos é inspirado por uma mistura de legitimidade e motivos institucionais (VAN DER WAAL; THIJSSSENS, 2020). Estudos anteriores apuraram que apenas uma minoria das empresas mencionava os ODS em seus relatórios (SCHRAMADE, 2017; VAN DER WAAL; THIJSSSENS, 2020). A empresa PriceWaterHouseCoopers (PWC), em análise de relatórios de sustentabilidade e financeiro de 1.141 empresas de 31 países atuantes em sete setores, identificou que 72% das empresas mencionaram os ODS, mas apenas 14% mencionaram metas específicas e apenas 1% das organizações mediam o desempenho ODS (SCOTT; MCGILL, 2019).

A Tabela 7 apresenta um panorama da menção dos ODS nos relatórios em estudo. A maioria dos relatórios (93%) mencionavam os ODS de alguma maneira. O maior detalhamento possível, seria a vinculação dos ODS aos itens GRI, seguido pela vinculação dos itens GRI aos temas materiais, vinculação dos itens GRI a temas macro e, por fim, apenas menção aos ODS sem nenhuma vinculação. Em 38% dos relatórios, os ODS foram relacionados diretamente aos itens GRI, principalmente através de um Sumário ao final dos relatórios. A empresa 22

(Ecopetrol), no relatório divulgado em 2020, por exemplo, relacionou o item GRI 404-1 Média de Horas de Treinamento por Empregado por Ano aos ODS 4, 5 e 8.

Em 35% dos relatórios, os ODS são relacionados a temas macro. Por exemplo, a empresa 67 (Enel Brasil) relaciona os ODS a temas como Engajamento das Comunidades Locais (ODS 4, 7 e 8) e Transição Energética (ODS 7, 9, 11, 12, 13, 17). Em 16% dos relatórios, as empresas apresentaram o resultado do processo de análise de materialidade e vincularam os ODS a estes temas. No caso da empresa 37 (Grupo México), os ODS 7 e 13 foram relacionados ao tema material Mudança Climática e os ODS 4 e 8 ao tema material Desenvolvimento Comunitário. Os ODS não foram mencionados em oito relatórios (7% da amostra) e em cinco relatórios (4%) a empresa apenas mencionou que considerava os Objetivos dentro da organização, porém sem qualquer vinculação a temas ou assuntos discutidos no relatório. Ao analisar as médias de pontuação, pode-se verificar que há indícios de que uma maior clareza e detalhamento da abordagem dos ODS estaria relacionada a maior média de qualidade dos relatórios (Vinculação com itens GRI com média de 270 pontos e vinculação com temas materiais com média de 253 pontos).

Tabela 7 - Menção aos ODS

Menção aos ODS	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Relaciona ODS com itens GRI	44	38%	270
Relaciona ODS com temas macro	41	35%	191
Relaciona ODS com temas materiais	19	16%	253
Não menciona os ODS	8	7%	121
Menciona ODS sem nenhuma vinculação	5	4%	134
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Em relação ao setor de atuação das empresas relatoras atuantes na América Latina, a Tabela 8 apresenta uma síntese. A amostra é composta por empresas de diferentes setores, sendo que 61 relatórios (52%) foram divulgados por organizações atuantes em setores aqui considerados como controversos e 56 relatórios (48%) foram divulgados por empresas atuantes em setores considerados como não controversos neste estudo. O setor com maior número de relatórios (22 relatórios o que corresponde a 19% da amostra) foi o de Varejo, seguido pelo setor de Petróleo/Gás (16 relatórios o que corresponde a 14% da amostra). As cinco maiores médias foram obtidas pelos setores Bens de Consumo (355 pontos), Celulose/Papel (289 pontos), Energia Elétrica (264 pontos), Multisetorial (263 pontos) e Bioenergia (257 pontos). Entre estes setores, três foram considerados como controversos e dois como não controversos. Boas pontuações obtidas por setores não controversos podem ter como uma possível explicação

o surgimento de riscos específicos do setor em setores de médio e baixo impacto que estão sendo mais pressionadas externamente em relação a seus relatórios de sustentabilidade (CHO *et al.*, 2020).

Apesar de ter maior representatividade na amostra, o setor de Varejo possui a menor média de pontuação (159 pontos). Os demais setores com pior média foram: Automóveis/Autopeças (183 pontos), Siderurgia/Metalurgia (185 pontos), Cimento (195 pontos) e Petroquímico (204 pontos). Assim, entre as cinco menores médias, também constam três setores considerados controversos. Pensando em termos consolidados, os setores controversos apresentam uma média (237 pontos) ligeiramente maior que a média da amostra (224 pontos) e os setores não controversos apresentaram média (210 pontos) menor que a média da amostra.

Tabela 8 – Setor

Setor	Tipo Setor	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Varejo	Setor Não Controverso	22	19%	159
Petróleo/Gás	Setor Controverso	16	14%	247
Alimentos	Setor Não Controverso	10	9%	223
Energia Elétrica	Setor Controverso	10	9%	264
Mineração	Setor Controverso	10	9%	245
Multisetor	Setor Não Controverso	10	9%	263
Siderurgia/Metalurgia	Setor Controverso	10	9%	185
Bebidas/Licores	Setor Não Controverso	6	5%	216
Petroquímica	Setor Controverso	6	5%	204
Celulose/Papel	Setor Controverso	4	3%	289
Telecomunicações	Setor Não Controverso	4	3%	254
Bioenergia	Setor Controverso	3	3%	257
Automóveis/Autopeças	Setor Não Controverso	2	2%	183
Bens de Consumo	Setor Não Controverso	2	2%	355
Cimento	Setor Controverso	2	2%	195
Total		117	100%	224
Setor Não Controverso		56	48%	210
Setor Controverso		61	52%	237
Total		117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Além do setor de atuação, vale analisar a pontuação obtida nos relatórios sob a ótica dos países de atuação das organizações, tendo em vista que em locais onde há maior expectativa de atividades mais sustentáveis, as empresas tendem a produzir mais relatórios (DUTTA; LAWSON; MARCINKO, 2012). Isso pode gerar maiores expectativas em relação a empresas que operam em países com baixas capacidades produtivas. A Tabela 9 apresenta a média de pontuação obtida nos relatórios por faixa do Índice de Capacidade Produtiva (ICP) dos países anfitriões. A maior parte dos relatórios foi divulgada por organizações atuantes em países com

ICP entre 30 e 35 (62% da amostra), seguida por países com ICP entre 36 e 40 (33% da amostra) e, por fim, países com ICP acima de 41 (5%). A maior média foi obtida na faixa entre 36 e 40 (com 235 pontos). A pior média (194 pontos) foi obtida em relatórios de empresas atuantes em países com ICP acima de 41, o que pode ser indício de que menores capacidades produtivas nos países anfitriões, levam a maior preocupação com a qualidade da informação divulgada pelas organizações.

Tabela 9 – Capacidade Produtiva

Capacidade Produtiva	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Entre 30 e 35	72	62%	220
Entre 36 e 40	39	33%	235
Acima de 41	6	5%	194
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Passando para os países de origem das organizações que divulgaram os relatórios, 91 relatórios (77,8% da amostra) foram divulgados por empresas com origem na América Latina (TABELA 10). Estes países possuem o Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional (IRSCN), em média, de -20,44. Os melhores IRSCN entre os países latino-americanos da amostra é o do Brasil (-11,74), seguido pela Colômbia (-11,99). Os piores IRSCN entre os países latino-americanos da amostra é o da Argentina (-28,37) e o do Equador (-28,06). Em relação às médias na pontuação dos relatórios, a média da pontuação entre os relatórios de empresas latino-americanas é de 229 pontos, ligeiramente superior à média da amostra.

Em relação a toda a amostra, a maior pontuação média foi obtida em relatórios de empresas argentinas (339 pontos), seguidas pelos relatórios divulgados por empresas colombianas (333 pontos). As piores médias foram obtidas pelos relatórios de empresas de origem sul-africana (136 pontos) e equatoriana (34 pontos). Em termos de IRSCN, a faixa de países com melhor índice (acima de 0) apresentaram relatórios com melhor pontuação, em média 256 pontos. Todavia, há que se considerar que a média de pontuação nos países com menor IRSCN (abaixo de -20) foi influenciada pela baixa pontuação do Equador. Caso este país seja desconsiderado, a média de pontuação entre os países com IRSCN abaixo de -20 passa a ser de 222 pontos. Em ambos cenários, a pior média está com relatórios divulgados por empresas com IRSCN entre -9 e 0 (167 pontos).

Tabela 10 – País de Origem

País de Origem	Nº de Relatórios	%	IRSCN	Média Pontuação
Brasil	40	34%	-11,74	232
México	27	23%	-27,36	214
Chile	16	14%	-15,13	221
Estados Unidos	6	5%	-11,02	239
Itália	6	5%	-1,56	163
Colômbia	4	3%	-11,99	333
Espanha	4	3%	4,21	293
África do Sul	2	2%	-12,58	136
Argentina	2	2%	-28,37	339
Bélgica	2	2%	-1,22	177
China	2	2%	-26,65	218
Equador	2	2%	-28,06	34
França	2	2%	2,58	160
Holanda	2	2%	9,27	279
Total	117	100%		224
Abaixo de -20	33	28%		210
Entre -19 e -10	68	58%		233
Entre -9 e 0	8	7%		167
Acima de 0	8	7%		256
Total	117	100%		224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

A Tabela 11 apresenta os resultados sob a perspectiva da Verificação Externa. Na amostra, 66% dos relatórios passaram por algum tipo de verificação externa, seja parcial ou total, enquanto 34% não passou por nenhum tipo de verificação. Pode-se visualizar que a média de pontos obtidos pelos relatórios com verificação externa é bem maior do que a média obtida por relatórios que não passaram por verificação, inclusive é aproximadamente 11% melhor que a média da amostra. Uma discussão mais profunda sobre este resultado é apresentada na próxima seção.

Tabela 11 – Verificação Externa

Verificação Externa	Nº de Relatório	%	Média Pontuação
Sim	77	66%	248
Não	40	34%	177
Total	117	34%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Já em relação ao percentual de participação feminina em cargos de liderança, pode-se verificar na Tabela 12 que a maior parte dos relatórios foi divulgada por organizações com percentuais entre 15,1% e 20% (23 relatórios, o que corresponde a 20% da amostra) e o menor número de relatórios foi divulgado por empresas com percentual de participação feminina entre 25,1% e 30% (oito relatórios, o que corresponde a 7% da amostra). Em relação à média de

pontuação obtida pelos relatórios, não se verifica grande variação entre as faixas percentuais, sendo a menor média de pontuação (202 pontos) na faixa de entre 15,1% e 20% de participação feminina e a maior média (249 pontos) na faixa entre 20,1% e 25% de participação feminina.

Tabela 12 – Percentual de Participação Feminina em Cargos de Liderança

% de Participação	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Abaixo de 5%	18	15%	234
Entre 5% e 10%	21	18%	220
Entre 10,1% e 15%	15	13%	214
Entre 15,1% e 20%	23	20%	202
Entre 20,1 e 25%	18	15%	249
Entre 25,1% e 30%	8	7%	235
Acima de 30%	14	12%	225
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

A análise a partir do ano do relatório foi incluída para refletir possíveis diferenças na qualidade dos relatórios devido aos impactos da pandemia de Covid-19 iniciada ao final de 2019. A Tabela 13 mostra que, embora algumas poucas empresas não tenham divulgado o relato dos dois anos do estudo, há um equilíbrio no número de divulgações nos dois anos. Em relação à qualidade, os relatos do ano de 2020 obtiveram média superior (237 pontos) ao ano de 2019, o que pode ser um indício de uma maior preocupação no fornecimento de informações em momentos de crise por parte das organizações.

Tabela 13 – Ano dos Relatórios

Ano	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
2019	58	49,6%	210
2020	59	50,4%	237
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

A literatura indica que grandes organizações sofrem maior pressão dos *stakeholders* para operar de maneira socialmente responsável e sustentável (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020; WICKERT; SCHERER; SPENCE, 2016). No presente estudo, o tamanho das empresas relatoras foi mensurado a partir do número de empregados e uma síntese é apresentada na Tabela 14. A faixa com maior número de relatórios é entre 10.001 e 20.000 colaboradores (22% da amostra), seguido pelas empresas com até 10.000 funcionários (17% da amostra). A faixa com menor número de relatórios é a acima de 200.000 funcionários (5% da amostra). Embora esta última faixa tenha menor representatividade em termos quantitativos, ela é a que apresenta maior média de pontuação (271 pontos), seguida pela faixa com maior representatividade

quantitativa (faixa entre 10.001 e 20.000 empregados com média de pontuação de 244 pontos). Metade das faixas de número de empregados apresentou média superior à média de pontuação da amostra (224 pontos). A menor média de pontuação de qualidade foi obtida por empresas da faixa entre 50.001 e 100.000 funcionários (189 pontos).

Tabela 14 – Tamanho da Organização (Número de Empregados)

Nº de Funcionários	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Até 10.000	20	17%	200
Entre 10.001 e 20.000	26	22%	244
Entre 20.001 e 30.000	10	9%	230
Entre 30.001 e 40.000	17	15%	232
Entre 40.001 e 50.000	10	9%	216
Entre 50.001 e 100.000	13	11%	189
Entre 100.001 e 200.000	15	13%	223
Acima de 200.000	6	5%	271
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Como cada região possui suas próprias especificidades, conhecer essas características regionais pode levar a melhor entendimento das necessidades e pressões exercidas pelos *stakeholders* e, conseqüentemente à criação de melhores estratégias para lidar com elas, obtendo legitimidade. Como pode ser verificado na Tabela 15, no caso da amostra, 29% das organizações estão presentes na América Latina entre 76 e 100 anos e apenas 7% delas estão presentes na região a menos de 15 anos. A maior média de pontuação foi obtida por organizações com presença na região entre 16 e 25 anos (257 pontos) e a menor média foi obtida por empresas presentes na região por período entre 26 e 50 anos. Entre as seis faixas de tempo de atuação na região, quatro delas obtiveram média acima da média de pontuação da amostra.

Tabela 15 - Experiência na América Latina

Experiência na Região	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Até 15 anos	8	7%	202
Entre 16 e 25 anos	12	10%	257
Entre 26 e 50 anos	26	22%	171
Entre 51 e 75 anos	22	19%	237
Entre 76 e 100 anos	34	29%	248
Acima de 100 anos	15	13%	225
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Por fim, vale analisar a internacionalização das organizações da amostra. Como pode ser visualizado na Tabela 16, a maior parte dos relatórios (44%) foi divulgada por organizações presentes em até 5 países e a menor parte dos relatórios (3%) foi divulgada por empresas

presentes em mais de 30 países. Em relação à média da pontuação obtida, há variação entre 200 pontos (atuação em até 5 países) e 255 pontos (atuação em 21 a 30 países). Metade das faixas de quantidade de países apresentou média superior à média da amostra (224 pontos).

Tabela 16 - Internacionalização

Nº de Países	Nº de Relatórios	%	Média Pontuação
Até 5 países	51	44%	200
Entre 6 e 10 países	38	32%	248
Entre 11 e 15 países	7	6%	245
Entre 16 e 20 países	9	8%	209
Entre 21 e 30 países	8	7%	255
Acima de 30 países	4	3%	223
Total	117	100%	224

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

No próximo tópico, são apresentados os resultados quantitativos obtidos a partir dos modelos propostos através da análise de regressão.

4.2 Resultados da Análise de Regressão

A Tabela 17 apresenta a estatística descritiva das variáveis analisadas. Todas as variáveis apresentam 117 observações, sem a existência de nenhum dado *missing*. As variáveis SETC e VEXT são variáveis binárias, assim como a variável de controle ANO (apenas 2019 e 2020), motivo pelo qual diversas medidas não são apresentadas na Tabela. A média na pontuação de qualidade dos relatórios (PTR) é de 224 pontos, o que representa 29,1% da pontuação máxima possível. A menor pontuação (9 pontos) foi obtida pela empresa GPA – Grupo Pão de Açúcar nos relatórios divulgados nos anos de 2019 e 2020. Os relatórios dessa empresa apresentam diversas informações, porém realizam a vinculação das informações apenas com um reduzido número de itens GRI, o que justifica sua baixa pontuação (apenas informações vinculadas com itens GRI receberam pontuação). O relatório de 2020 da Petrobrás obteve a melhor pontuação (458 pontos). Esta empresa demonstra clareza na apresentação das informações com dados quantitativos em diversos itens GRI, além de um Sumário ao final do relatório vinculando os Itens GRI aos ODS, aos Princípios do Pacto Global, às normas da associação global da indústria de óleo e gás para desempenho ambiental e social (IPIECA) e se o item passou por algum processo de asseguuração.

Tabela 17 – Estatística Descritiva das Variáveis

Descritiva	Dependente	Variáveis de Análise					Variáveis de Controle			
	PTR	SETC	CPRO	IRSCN	VEXT	PFEM	ANO	TAM	EXPR	INTL
Mínimo	9	0	30.61	-28.37	0	0	2019	620	8	1
Máximo	458	1	43.87	9.27	1	0.51	2020	323542	173	41
Média	223.69	-	35.23	-14.76	-	0.16	-	54869	66.27	8.57
Mediana	215	1	35.03	-11.74	1	0.17	2020	32255	67	6
Variância	8332.59	-	11.91	89.59	-	0.01	-	4327477e+03	1134.06	76.16
Desvio-Padrão	91.2830	-	3.4506	9.4652	-	0.1110	-	65783	33.6758	8.7270
Assimetria	-0.0763	-	0.4644	0.1884	-	0.4480	-	1.9819	0.2582	1.6383
Achatamento	-0.3284	-	-0.8796	-0.3680	-	-0.1628	-	3.5672	-0.3246	2.2450

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

A média do Índice de Capacidade Produtiva dos países em que as empresas mantêm operações (CPRO) é de 35,23, com desvio padrão de 3,45, variando de 30,61 a 43,87, portanto não há grande variação na capacidade produtiva dos países. As empresas da amostra mantêm operações em 77 diferentes países. Os países com maior número de operações das empresas da amostra são Brasil (com 48 operações e CPRO de 31,4), Argentina e México (com 30 operações e CPRO de 33,03 e 31,87 respectivamente), Chile (com 27 operações e CPRO de 36,27) e Peru (com 26 operações e CPRO de 31,36).

Já o Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional (IRSCN) do país de origem possui maior amplitude variando de -28,37 (Argentina) a 9,27 (Holanda), com média de -14,76. As empresas da amostra são originárias de 14 diferentes países (seis são latinoamericanos, cinco europeus, um norteamericano, um asiático e um africano), sendo o Brasil o país com maior número de relatórios publicados (40) e com o IRSCN de -11,74, seguido por México (27 relatórios) com IRSCN de -27,36 e Chile (16 relatórios) com IRSCN de -15,13.

A Participação Feminina em cargos de liderança (PFEM) variou de 0% (nas empresas Grupo Alfa, Cenco Sud, Sigma e Alpek) a 51,2% (empresa 64 - Natura). A média da mostra é de 16,44% de liderança feminina. Os maiores percentuais de participação feminina, acima de 30%, foram identificados em empresas de origem brasileira (6 relatórios), mexicana (3 relatórios), estadunidense (2 relatórios), chilena (2 relatórios) e colombiana (1 relatório). Todavia, alguns desses países abrigam também empresas com os mais baixos níveis de participação feminina, abaixo de 5%: Brasil, Chile e Estados Unidos com dois relatórios cada e México com 10 relatórios.

Entre as variáveis de controle, o Tamanho da Organização (TAM) representado pelo número de funcionários, variou de 620 (Copersucar) a 323.542 (Femsa) colaboradores. Já a Experiência na região (EXPR) tem média de 66 anos, sendo o menor período de experiência de

8 anos e o maior de 173 anos. Por fim, a Internacionalização (INTL) que representa o número de países em que a empresa atua, a média é de aproximadamente 9 países, sendo que 15 empresas mantêm operações apenas em seu país de origem. A organização com maior presença está em 41 países. Em relação à assimetria e achatamento, nem todas as variáveis apresentaram valores satisfatórios. Para uma variável normalmente distribuída, a assimetria (*Skewness*) deve ser zero e o achatamento (*Kurtosis*) deve ser 3 (GUJARATI; PORTER, 2011). Assim, foram realizados testes de normalidade (Jarque-Bera (JB)) em todos os modelos em estudo. Os resultados indicam que há normalidade dos dados, uma vez que os valores encontrados estão próximos de 0.

Outro teste realizado foi o de correlação entre as variáveis. A Tabela 18 apresenta os resultados obtidos. Nenhuma das variáveis apresentou correlação acima do limite de 0,8 (GUJARATI; PORTER, 2011), o que indica não existir problema de multicolinearidade que inviabiliza a análise. Foi realizado teste adicional a partir do Fator de Inflação da Variância (FIV) para verificar a existência de Multicolinearidade. Nenhuma das variáveis apresentou valor acima da referência de 10, indicando não existência de colinearidade nos modelos.

Tabela 18 – Correlação entre as Variáveis

	PTR	SETC	CPRO	IRSCN	VEXT	PFEM	ANO	TAM	EXPR	INTL
PTR	1.00000000									
SETC	0.14885542	1.00000000								
CPRO	0.06643600	0.134343011	1.00000000							
IRSCN	0.07299870	0.123362826	-0.218117758	1.00000000						
VEXT	0.36926622	-0.005241006	-0.025318658	-0.01921025	1.00000000					
PFEM	0.04439806	-0.189769413	-0.215053653	0.15836781	0.260121427	1.00000000				
ANO	0.14710452	0.008189532	-0.002269381	-0.01142599	0.042199296	0.08527675	1.00000000			
TAM	0.10676910	-0.497260346	-0.089701627	-0.19554304	0.061502070	0.16833708	0.0002325863	1.00000000		
EXPR	0.07089654	-0.004941179	0.010887584	-0.38296013	0.095618976	0.02618069	0.0575384272	0.1198409648	1.00000000	
INTL	0.11369712	-0.112096829	0.330371050	-0.33383289	-0.087285821	-0.08051296	0.0004203517	0.2380793366	-0.022302699	1.00000000

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

Em relação à homocedasticidade, o teste Breusch-Pagan indicou problema de heterocedasticidade nos modelos 1 (p-value: 0.004036), 2 (p-value: 0.04087), 3 (p-value: 0.02912) e 6 (p-value: 0.02863). Para correção da heterocedasticidade nestes modelos, foi processado o erro-padrão robusto de White (GUJARATI; PORTER, 2011).

Para a análise das hipóteses, foram propostos seis modelos divididos pela influência dos fatores internos e externos. A Tabela 19 apresenta os resultados obtidos. Os modelos 1 a 3 abrangem todas as variáveis de análise e de controle, sendo retirado um fator externo e mantido os demais em cada um deles. Os modelos 4 e 5 abrangem também todas as variáveis de controle,

considerando a retirada de um fator interno em cada um deles. Por fim, o modelo 6 é irrestrito, ou seja, considera todas as variáveis de análise e de controle.

Tabela 19 – Regressão dos Modelos de 1 a 6 para a Pontuação

	Modelo 1 Fatores Externos	Modelo 2 Fatores Externos	Modelo 3 Fatores Externos	Modelo 4 Fatores Internos	Modelo 5 Fatores Internos	Modelo 6 Irrestrito
SETC		41.574 *	44.785 *	45.480 *	42.810 *	40.964 *
		(18.026)	(18.478)	(19.270)	(17.650)	(18.268)
CPRO	1.413		0.280	1.402	1.145	0.879
	(2.893)		(2.833)	(2.641)	(2.417)	(2.702)
IRSCN	2.205 *	1.929 .		1.737 .	1.836 .	1.971 .
	(1.057)	(1.033)		(1.047)	(0.952)	(1.050)
VEXT	75.601 ***	73.675 ***	71.516 ***		70.080 ***	73.382 ***
	(14.508)	(14.744)	(15.077)		(16.140)	(14.866)
PFEM	-81.073	-61.451	-29.531	28.120		-57.573
	(90.006)	(90.692)	(91.120)	(78.950)		(92.371)
ANO	24.595	24.090	23.945	25.080	23.110	24.051
	(16.105)	(15.776)	(16.104)	(16.480)	(15.170)	(15.919)
TAM	1.291e-04	2.675e-04 .	2.529e-04 .	3.048e-04 *	2.637e-04 .	2.7294e-04 .
	(1.281e-04)	(1.421e-04)	(1.3847e-04)	(1.511e-04)	(1.392e-04)	(1.4638e-04)
EXPR	0.292	0.237	0.029	0.294	0.226	0.238
	(0.249)	(0.238)	(0.211)	(0.272)	(0.251)	(0.239)
INTL	1.873	1.983 .	1.300	1.435	1.860 .	1.873
	(1.216)	(1.153)	(1.252)	(1.089)	(1.010)	(1.252)
R2 total	0.2194	0.2551	0.2273	0.1224	0.252	0.256
R2 ajustado	0.1616	0.1999	0.1701	0.05743	0.1966	0.1934
p-valor	0.0005859	7.088e-05	0.0003728	0.06986	8.591e-05	0.0001542

Legenda: Signif. codes: 0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1. O segundo valor em cada variável se refere ao desvio padrão

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

No Modelo 1 em que a variável Setor (SETC) não foi considerada, o poder explicativo do modelo foi de 21,94% (R2= 0.2194, p-value=0.0005859). Todas as variáveis, com exceção da Participação Feminina (PFEM), apresentaram relação positiva com a pontuação de qualidade dos relatórios das empresas atuantes na América Latina, mas apenas as variáveis Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional (IRSCN) e Verificação Externa (VEXT) foram significativas, respectivamente, em 1% e 0%.

Já quando o fator externo Capacidade Produtiva (CPRO) dos países em que as empresas possuem operações não foi considerada (Modelo 2), o poder explicativo chegou em 25,51% (R2=0.2551, p-value=7.088 e-05). Novamente, o resultado da regressão indica relação positiva das variáveis com a pontuação de qualidade dos relatórios, com exceção da Participação Feminina (PFEM). Porém, nem todas as variáveis apresentam impacto significativo na pontuação. Foram significativas apenas Setor (SETC) a 1%, Verificação Externa (VEXT) a 0%.

Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional (IRSCN), Tamanho (TAM) e Internacionalização (INTL) foram significativas a 5%.

O último modelo (Modelo 3) a desconsiderar um fator externo, agora o Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional (IRSCN), apresentou poder explicativo da pontuação de qualidade dos relatórios de 22,73% e p-value de 0.0003728. Novamente, com exceção de PFEM, todas as variáveis apresentaram relação positiva com a pontuação de qualidade dos relatórios, porém apenas Setor (SETC), Verificação Externa (VEXT) e Tamanho (TAM) apresentaram significância em 1%, 0% e 5% respectivamente.

No Modelo 4, foi desconsiderado o fator interno Verificação Externa (VEXT). Este foi o único modelo em estudo em que todas as variáveis apresentam relação positiva com a pontuação de qualidade dos relatórios. Todavia, por se tratar da retirada de uma variável altamente significativa nos demais modelos, o poder explicativo deste modelo caiu para 12,24%. A significância da variável Setor (SETC) se manteve em 1%, mesma significância do Tamanho (TAM). Já a variável Índice de Responsabilidade Social Corporativa (IRSCN) apresentou significância a 5%.

O fator interno Participação Feminina (PFEM) foi desconsiderado no Modelo 5. Como era de se esperar, este modelo teve um poder de explicação de 25,2%, o terceiro em maior valor, uma vez que a variável PFEM não apresentou significância em nenhum dos modelos em que foi considerada, sendo identificada relação negativa com a pontuação de qualidade em quatro dos cinco modelos em que esteve presente. Novamente, todas as variáveis apresentaram relação positiva com a pontuação de qualidade dos relatórios, sendo a variável SETC significante a 1%, a variável VEXT significante a 0% e as variáveis IRSCN, TAM e INTL significantes a 5%.

Por fim, foi realizada a regressão com todas as variáveis tanto de análise como de controle (Modelo 6). Este foi o modelo de maior poder explicativo (25,6%) entre todos os modelos aqui estudados. Com exceção de Participação Feminina (PFEM), todas as variáveis apresentaram relação positiva com a pontuação dos relatórios, mas essa relação foi significativa apenas em SETC (1%), VEXT (0%), IRSCN e TAM (5%)

Partindo para a análise das variáveis e hipóteses da pesquisa, tem-se que os relatórios divulgados por empresas inseridas em Setores Controversos apresentam um incremento acima de 40 pontos na Pontuação Total do Relatório (por exemplo, no Modelo 2 o coeficiente de valor foi 41,57) comparado a relatórios de empresas de setores não controversos. Na análise de regressão, a Hipótese 1 foi suportada a nível de 1% em todos os modelos em que a variável SETC foi considerada. Isso indica que a empresas atuantes na América Latina inseridas em setores considerados controversos tendem a apresentar relatos de maior qualidade.

Esse resultado está de acordo com achados obtidos anteriormente na literatura. Como em um estudo baseado no setor e no desempenho ambiental que identificou que a divulgação ambiental é maior para empresas que operam em setores sensíveis (CHO; PATTEN, 2007). Isso é compatível com o argumento dos teóricos da legitimidade de que organizações que enfrentam conflitos ambientais podem usar seus relatos como uma tentativa de reduzir sua exposição social e política, bem como responder a ameaças de legitimidade (EMMA; JENNIFER, 2021). Outro estudo identificou que setores com impactos menores tendem a relatar menos que empresas de alto impacto (CHO *et al.*, 2020) e atribuiu esse achado ao fato de que setores de baixo impacto possuem menor probabilidade de enfrentar exigências regulatórias rígidas e fortes demandas de consumidores, funcionários e ONGs (YOUNG; MARAIS, 2012). Assim, o setor industrial, especialmente o setor controverso, serve como um importante fator de contingência para a eficácia das estratégias de comunicação de RSC (SONG; WEN; FERGUSON, 2020), sendo que a divulgação de sustentabilidade pode ser uma forma de melhorar a imagem corporativa e a legitimidade aparente (EMMA; JENNIFER, 2021).

A Hipótese 2 previa que em busca de legitimidade, as maiores empresas da América Latina que operam em países de baixa capacidade produtiva tendem a apresentar relatos de maior qualidade e, muito embora a variável CPRO tenha apresentado relação positiva com a pontuação de qualidade dos relatórios das organizações, esta relação não foi significativa em nenhum dos cinco modelos em que foi incluída. Assim, a capacidade produtiva dos países em que as empresas da amostra mantêm operações influencia, mas não de maneira relevante, a qualidade dos relatórios divulgados.

No caso da variável IRSCN, foi observada relação positiva nos cinco modelos em que foi incluída, sendo significativa a 1% no Modelo 1 e significativa a 5% nos Modelos 2, 4, 5 e 6. Os modelos apontam incremento acima de 1,7 ponto na Pontuação Total do Relatório para cada aumento de uma unidade no IRSCN. Assim, a Hipótese 3 obteve suporte estatístico, indicando que um melhor IRSCN do país de origem das empresas influencia positivamente a pontuação de qualidade dos relatos de sustentabilidade.

Este resultado está em linha com pesquisas anteriores. Uma dessas pesquisas identificou que organizações que relatam os ODS são de países com níveis médios mais altos de responsabilidade corporativa nacional do que as que não relatam os ODS (ROSATI; FARIA, 2019a). Um outro estudo demonstrou que uma maior responsabilidade corporativa nacional aumenta a probabilidade de relato integrado (JENSEN; BERG, 2012), que, neste estudo, obteve a maior média de pontuação de qualidade (263 pontos) entre os tipos de relatório divulgados

pelas empresas da amostra. Outra pesquisa sugeriu que a alta reputação de RSC no nível país impressiona as empresas que investem no exterior, ajudando a promover a RSC a nível global, apoiando *policemakers* à medida que buscam o desenvolvimento sustentável e a promoção da Agenda 2030 (DAU; MOORE; NEWBURRY, 2020). Assim, o nível de sustentabilidade corporativa de um país pode impactar o desempenho de sustentabilidade das organizações (ROSATI; FARIA, 2019a).

Outra hipótese suportada foi a H4. Na análise estatística, a variável Verificação Externa (VEXT) foi positiva e altamente significativa a 0% nos cinco modelos em que foi inserida, indicando que a presença de asseguarção externa está relacionada a maior qualidade de relato. Os modelos indicam um incremento superior a 70 pontos na Pontuação Total do Relatório quando este relatório passa por algum tipo de verificação externa.

Resultados similares foram identificados em estudos anteriores que sugeriram uma relação positiva entre garantia externa e qualidade dos relatórios de sustentabilidade (COHEN; SIMNETT, 2015; ERIN; ADEGBOYE; BAMIGBOYE, 2022; MORONEY; WINDSOR; AW, 2012; VENTURELLI *et al.*, 2019). Neste mesmo sentido, foi encontrada relação positiva entre a garantia externa e a confiabilidade e precisão das informações ambientais, com resultados indicando que as empresas que produzem relatórios ambientais com garantia externa são mais propensas a divulgar uma quantidade maior de informações ambientais do que as empresas que produzem relatórios ambientais sem garantia (BRAAM *et al.*, 2016).

Outro estudo revelou uma relação significativamente positiva entre a asseguarção externa e a qualidade de relatórios obrigatórios de sustentabilidade (GERWING; KAJÜTER; WIRTH, 2022). Foram identificadas duas explicações possíveis para essa relação positiva: 1. A garantia externa pode ajudar as empresas a divulgar relatórios de alta qualidade e mitigar as assimetrias de informação, aumentando a transparência; 2. O processo de garantia pode ter impacto significativo nos relatórios e as empresas melhoram sua qualidade de divulgação *ex-ante* à garantia externa (GERWING; KAJÜTER; WIRTH, 2022). Assim, o processo de asseguarção externa afeta positivamente tanto a natureza quanto o nível de responsabilidade ambiental corporativa (BRAAM *et al.*, 2016), aumentando a utilidade percebida das informações (CHEN; JERMIAS; NAZARI, 2021) e a credibilidade percebida dos relatórios de sustentabilidade (GERWING; KAJÜTER; WIRTH, 2022; HODGE; SUBRAMANIAM; STEWART, 2009; PFLUGRATH; ROEBUCK; SIMNETT, 2011).

No caso da variável PFEM foi identificada relação negativa com a pontuação de qualidade dos relatórios em quatro dos cinco modelos em que foi considerada e, em um modelo, a relação foi positiva. Todavia, em nenhum dos modelos foi encontrada significância. Assim,

não se pode concluir se há ou não influência da participação feminina em cargos de liderança na qualidade dos relatórios de sustentabilidade de empresas latino-americanas, não sendo possível suportar a Hipótese 5.

Muito embora a participação feminina em cargos de diretoria tenha sido identificada como um dos 10 temas mais relevantes em uma análise de conteúdo de relatórios de sustentabilidade (CAPUTO; LIGORIO; PIZZI, 2021) e que estudos tenham encontrado relação positiva e significativa entre diversidade de gênero nos conselhos e a qualidade dos relatórios (ERIN; ADEGBOYE; BAMIGBOYE, 2022; GERWING; KAJÜTER; WIRTH, 2022) não há consenso a este respeito. Um estudo encontrou relação positiva, mas pouco significativa entre o relato dos ODS e o percentual de mulheres no Conselho de Administração (ROSATI; FARIA, 2019b). Outro estudo encontrou relação positiva entre a qualidade dos relatórios e a diversidade de gênero no Conselho Fiscal, mas não encontrou nenhuma relação entre a qualidade e a diversidade de gênero no nível da diretoria executiva, adicionando que, no cenário alemão, não há evidências para concluir que o Conselho Executivo reporta melhor as questões de sustentabilidade se o conselho possuir uma proporção maior de mulheres (GERWING; KAJÜTER; WIRTH, 2022).

Em relação às variáveis de controle, para o ANOVA, embora os relatórios divulgados no ano de 2020 tenham obtido média de pontuação de qualidade de 237 pontos e relação positiva com a qualidade dos relatórios, não houve significância em nenhum dos seis modelos propostos. Isso é um indicativo de que a pontuação de qualidade dos relatórios não foi influenciada de maneira relevante pelo ano de publicação e que o cenário pandêmico não afetou substancialmente a qualidade dos relatórios. Um dos possíveis motivos é que a maior necessidade de transparência informacional em períodos de crise foi anulada pelas restrições provenientes da pandemia.

A variável de controle Tamanho (TAM), por sua vez, apresentou relação positiva nos seis modelos propostos e foi significativa em cinco deles. Este resultado está em linha com pesquisas anteriores que indicaram que empresas maiores são mais propensas a divulgar informações porque incorrem em maiores custos de agência e situações mais críticas de assimetria de informações (FRIAS-ACEITUNO; RODRÍGUEZ-ARIZA; GARCIA-SÁNCHEZ, 2014). Adicionalmente, sofrem maior pressão das partes interessadas para operar de maneira socialmente responsável e sustentável (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020; WICKERT; SCHERER; SPENCE, 2016), seja por terem maior exposição ao público e maior vulnerabilidade à opinião pública e reações da mídia (ALI; JIMÉNEZ-ZARCO; BICHO, 2015; ARTIACH *et al.*, 2010; SHABANA; BUCHHOLTZ; CARROLL, 2017), seja pelo maior

acesso a recursos (ELALFY; WEBER; GEOBEY, 2020). Assim, empresas com mais funcionários tendem a incluir informações não financeiras e de diversidade melhores e mais precisas em seus relatórios anuais (VENTURELLI *et al.*, 2019).

A Experiência na América Latina (EXPR) também não apresentou significância em nenhum dos seis modelos, muito embora tenha sido identificada relação positiva com a pontuação de qualidade dos relatórios. Neste sentido, o conhecimento das especificidades da região obtido no decorrer do tempo de atuação parece não afetar de maneira significativa a qualidade dos relatos, contrariando a indicação da literatura de que, a partir de suas experiências internacionais, as EMNs obtêm uma melhor compreensão das regras, normas e preferências socioambientais das partes interessadas como governos, ONGs e consumidores locais (SAPIENZA *et al.*, 2006). Uma das possíveis explicações para o resultado divergente é que 91% dos relatórios da amostra foram divulgados por empresas de origem latino-americana. Neste contexto, pode não existir a necessidade de um longo processo de aprendizado para acumulação incremental de experiência na região de acolhimento para compensar o *liability of foreignness* (RUGMAN; VERBEKE, 2004) e conseqüentemente para a obtenção de legitimidade.

Por fim, a variável Internacionalização (INTL) apresentou relação positiva nos seis modelos do estudo, porém foi significativa em apenas dois deles. Na análise da pontuação, a menor média (200 pontos) foi obtida por relatórios divulgados por empresas com operações em até 5 países e a maior média (255 pontos) foi obtida por relatórios publicados por empresas atuantes em 21 a 30 países. Todavia, relatórios divulgados por empresas atuantes em mais de 30 países obtiveram pontuação igual à média da amostra. Dessa maneira, não há indícios suficientes para avaliar a influência do grau de internacionalização na qualidade dos relatórios publicados por empresas latino-americanas.

A Tabela 20 apresenta um resumo da análise das hipóteses e dos testes realizados. As Hipóteses 1 e 3 (fatores externos) e 4 (fator interno) foram suportadas a partir dos resultados obtidos nas regressões uma vez que foi encontrada relação positiva e significativa nos cinco modelos em que cada variável vinculada foi incluída. Em outras palavras, a inserção em setores controversos (H1), o Índice de Responsabilidade Social Corporativa Nacional do país de origem das empresas (H3) e a realização de algum tipo de Verificação Externa (H4) influenciam de maneira positiva e significativa a qualidade dos relatórios das empresas latinoamericanas. A Hipótese 2 (fator externo), que esperava uma maior qualidade nos relatórios de empresas latinoamericanas atuantes em países com baixa capacidade produtiva, apresentou relação positiva com a pontuação dos relatórios, todavia, não de maneira significativa, o que não

permite que a H2 seja suportada. A Hipótese 5 (fator interno) também não pode ser suportada. Esta hipótese previa uma relação positiva entre a presença feminina em cargos de liderança e a qualidade dos relatórios, porém foi encontrada relação negativa (ou seja, o aumento do percentual de participação feminina estaria relacionado a uma queda na pontuação de qualidade) em quatro modelos e relação positiva em apenas um dos modelos. Porém, não é possível rejeitar esta hipótese uma vez que em nenhum dos modelos houve significância, restando assim, não dar suporte à H5.

Tabela 20 – Resumo das Hipóteses e Resultados dos Testes

Hipóteses	Variável Vinculada	Significância Estatística	Resultado das Hipóteses
H1: Em busca de legitimidade, as maiores empresas da América Latina inseridas em setores controversos tendem a apresentar relatos de maior qualidade.	SETC	Relação positiva e significativa a 1% em cinco modelos (Modelos 2, 3, 4, 5 e 6)	Suportada
H2: Em busca de legitimidade, as maiores empresas da América Latina que operam em países de baixa capacidade produtiva tendem a apresentar relatos de maior qualidade.	CPRO	Relação positiva e não significativa em cinco modelos (Modelos 1, 3, 4, 5 e 6)	Não suportada
H3: Em busca de legitimidade, as maiores empresas da América Latina que originárias de países com melhores índices de responsabilidade social tendem a apresentar relatos de maior qualidade.	IRSCN	Relação positiva e significativa a 1% (Modelo 1) e significativa a 5% (Modelos 2, 4, 5 e 6)	Suportada
H4: Em busca de legitimidade, as maiores empresas da América Latina que passam por processo de verificação externa tendem a apresentar relatos de maior qualidade.	VEXT	Relação positiva e significativa a 0% em cinco modelos (Modelos 1, 2, 3, 5 e 6)	Suportada
H5: Em busca de legitimidade, as maiores empresas da América Latina que possuem maior percentual de mulheres em cargos de liderança tendem a apresentar relatos de maior qualidade.	PFEM	Relação negativa e não significativa em quatro modelos (Modelos 1, 2, 3 e 6) e relação positiva e não significativa em um modelo (Modelo 4)	Não suportada

Fonte: Os autores a partir de dados da pesquisa (2022)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Resumo dos principais resultados

A participação ativa do setor privado em ações em prol do Desenvolvimento Sustentável tem sido considerada um imperativo e não mais uma escolha das empresas. Estas organizações são chamadas a fazer uso de suas capacidades e recursos visando o bem comum e, ao atender a este chamado, as empresas acabam também buscando se legitimar perante seus diversos *stakeholders*. Uma das ferramentas utilizadas na busca por essa legitimação é a divulgação de ações de sustentabilidade em relatórios corporativos. Todavia, embora de reconhecida importância e relevância social e acadêmica, os estudos dos relatos das organizações, especialmente em regiões de renda média como a América Latina, ainda são restritos em termos de volume.

Diante disso, o presente estudo buscou colaborar com o desenvolvimento do campo ao identificar a qualidade da comunicação das ações de sustentabilidade das maiores empresas na América Latina bem como a influência de fatores internos e externos à organização nesta qualidade. Para tanto, buscou-se relatórios das 100 maiores empresas atuantes na região listadas no Ranking da Revista *AméricaEconomía*. A amostra final contou com 117 relatórios divulgados pelas organizações referentes aos anos de 2019 e 2020.

A qualidade foi mensurada a partir de uma Matriz de Divulgação de Sustentabilidade (MDS) criada com base no *framework* proposto por Tsalis et. al (2020) a partir da vinculação de itens GRI aos ODS. Para a obtenção dos resultados e realização das análises, a metodologia e a apresentação dos resultados e discussões foram divididas em duas partes. Na primeira, os relatórios foram lidos e pontuados, sendo apresentada uma análise a partir das médias de pontuação. A média de pontuação da amostra foi de 224 pontos (29,1% da pontuação máxima possível de 771 pontos) e apenas 47% dos relatórios obteve valor igual ou superior a esta média. Este resultado indica que as maiores organizações presentes na América Latina possuem uma ampla margem de trabalho para melhorar a qualidade de seus relatos. Neste sentido, as empresas, ao adotarem o padrão GRI, poderiam fazer uso adequado das normas, detalhando e apresentando dados quantitativos bem como estabelecendo metas claras nos temas considerados materiais, o que elevaria a qualidade de sua comunicação.

Outro ponto de atenção diz respeito ao tipo de relatório utilizado nas divulgações. O Relatório Integrado, embora tenha sido a opção de divulgação de apenas 21% da amostra, foi o tipo de relatório com a melhor média de pontuação de qualidade (263 pontos). Este tipo de

relatório visa apresentar de maneira concisa como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização levam à criação, preservação e corrosão de valor no curto, médio e longo prazos (IIRC, 2021). Assim, é importante que a empresa se atente ao tipo adequado de relatório a ser utilizado em suas divulgações, de modo a atender de maneira satisfatória as necessidades informacionais de seus *stakeholders*.

Os resultados também indicaram que relatórios mais extensos (acima de 300 páginas) estariam vinculados a melhores médias de qualidade (300 pontos). Uma possível explicação é que, diante da complexidade e amplitude do tema sustentabilidade, maior número de páginas seja necessário para abarcar os relatos das organizações de maneira transparente e abrangente. Outro elemento que parece impactar na qualidade dos relatórios é a adesão a outros padrões ou princípios em conjunto com o padrão GRI. Empresas signatárias do Pacto Global (240 pontos), que utilizaram as normas do SASB (272 pontos) e que mencionaram de maneira mais clara os ODS (270 pontos), vinculando-os aos itens GRI apresentaram médias de qualidade melhores. Isso indica que a observação de orientações, padrões e normas complementares aumenta a transparência e maneira como as informações são relatadas, podendo não apenas melhorar a qualidade informacional às partes interessadas como ainda pode melhorar a imagem das organizações e, conseqüentemente, sua legitimidade.

Na segunda parte, foram analisados seis diferentes modelos através de regressão linear múltipla pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Entre os fatores externos analisados, a atuação em setores controversos (H1) e a origem em país com melhor Índice de Responsabilidade Social Nacional (H3) apresentaram relação positiva e significativa com a pontuação de qualidade dos relatórios das organizações latinoamericanas, indicando influência significativa desses fatores na qualidade dos relatos das organizações. A Capacidade Produtiva dos países em que as empresas mantêm operações (H2) apresentaram relação positiva, porém não significativa com a qualidade.

No caso da Hipótese 1, há que se destacar que, setores controversos tendem a apresentar uma imagem não muito positiva diante da sociedade, seja por suas características intrínsecas, seja por externalidades negativas vinculadas às operações das empresas. Assim, há uma maior pressão sobre as organizações destes setores para que sejam transparentes em suas informações bem como há uma tendência a se utilizar melhor os relatos de sustentabilidade como uma ferramenta de legitimação diante de suas partes interessadas. No caso da Hipótese 3, um ambiente nacional em que a Responsabilidade Social Corporativa é estimulada tende a abarcar corporações mais engajadas em ações de sustentabilidade e, também, em relatos de maior qualidade. Sendo assim, pode-se esperar que empresas oriundas de países comprometidos com

responsabilidade social tendem apresentar relatos de ações de melhor qualidade. Embora sejam fatores externos à organização, conhecer estes fatores pode ajudá-las a reagir melhor às exigências e necessidades vinculadas a estes fatores e, assim, ter condições de resposta satisfatória, adequada e, ainda, obter ou melhorar sua legitimidade perante seus *stakeholders*.

Já entre os fatores internos analisados, apenas a Verificação Externa (H4) foi positiva e significativa em relação à qualidade dos relatos, indicando que a contratação de asseguarção externa e independente influencia positivamente a qualidade dos relatos das organizações latinoamericanas. Esse resultado é coerente tendo em vista que a validação das informações por agente externo pode trazer maior credibilidade às informações e, até mesmo uma maior preocupação já na elaboração do relatório, uma vez que o mesmo passará por escrutínio profissional. O resultado da Participação Feminina em Cargos de Liderança (H5), por sua vez, não forneceu subsídios para que alguma conclusão fosse obtida.

5.2 Implicações práticas, sociais e acadêmicas

Este estudo possui implicações práticas uma vez que busca contribuir para uma melhor compreensão sobre a qualidade dos relatórios de sustentabilidade de empresas que atuam na América Latina, bem como dos fatores internos e externos que contribuem para esta qualidade. Para as empresas, os resultados podem ser importantes uma vez que identificam elementos que são essenciais para a obtenção de melhor qualidade de relato. Os achados indicaram que a verificação externa é relevante e significativa na qualidade dos relatos e, como fator interno, pode ser gerenciada pela organização. Também foi identificado que, em conjunto com o padrão GRI, a utilização de outros padrões e normas, como as normas SASB, os Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) levam, em média, a uma melhor qualidade de relato e, portanto, também podem ser gerenciados pelas organizações em busca de melhoria e ganho de legitimidade. Adicionalmente, a utilização de um *framework* que permite mensurar a qualidade de relato, dá base para que as organizações possam realizar *benchmarking* com outras organizações.

Embora não sejam passíveis de interferência por parte das empresas, o conhecimento de fatores externos que afetam a qualidade dos relatos pode levar a uma melhor gestão das respostas a estes fatores. Organizações inseridas em setores considerados controversos, podem ficar mais atentas às necessidades e pressões exercidas por suas partes interessadas e, assim, responder com melhor qualidade informacional. Neste mesmo sentido, ter conhecimento sobre a relevância da Responsabilidade Social Corporativa de seu país de origem, pode levar a uma

maior ciência das expectativas geradas sobre as empresas e isso pode ser refletido na qualidade dos relatos. Estes resultados e *insights* são particularmente relevantes no contexto latino-americano, marcado por grande desigualdade e por um ecossistema corporativo com muitas especificidades.

O estudo também possui implicações sociais ao tratar do envolvimento das organizações com ações de sustentabilidade, mais especificamente, em como estas organizações estão comunicando suas ações. Isso se deve ao fato de que as empresas, ao serem chamadas a desempenhar papel crítico (SCHEYVENS; BANKS; HUGHES, 2016) em prol do desenvolvimento sustentável, acabam por se deparar com oportunidades econômicas que os ODS representam (DELOITTE, 2017; VAN TULDER *et al.*, 2021), além de assumirem a corresponsabilidade em se tornar agentes de desenvolvimento e contribuir para um futuro melhor (BLOWFIELD, 2012; PWC, 2015).

Isso porque o envolvimento com ações de desenvolvimento sustentável abre muitas oportunidades de negócios, como por exemplo, os anúncios de gastos com projetos *greenfield* em oito setores de ODS totalizaram US\$134 bilhões anuais, em média, durante 2015-2019 (UNCTAD, 2020; ZHAN; SANTOS-PAULINO, 2021). Os investimentos, por exemplo, em infraestrutura, afetam a desigualdade por meio de três canais principais: no nível macro com o fornecimento de serviços básicos como água, saneamento e eletricidade; levam a aumentos na produtividade que resultam da presença de infraestrutura como irrigação, eletricidade, TIC e estradas; e no nível micro, a infraestrutura afeta o acesso das pessoas a bens, serviços e oportunidades de emprego (UNITED NATIONS, 2016). Neste contexto, o envolvimento das organizações com sustentabilidade é vital para a própria posição estratégica das empresas na sociedade, como resposta a crises recorrentes (VAN TULDER *et al.*, 2021) e também como uma contrapartida às externalidades negativas geradas por suas operações. Assim, é relevante não apenas se envolver nas atividades de sustentabilidade, mas também prestar contas aos *stakeholders* de maneira adequada.

Em relação às implicações acadêmicas, a pesquisa contribui com o aprimoramento de *framework* de análise de qualidade dos relatórios proposto por Tsalis *et al.* (2020), atendendo a um clamor dos próprios autores por incrementos no processo de avaliação. Além disso, o estudo busca contribuir para a literatura respondendo ao chamado para um redirecionamento das pesquisas para “grandes desafios” (GEORGE *et al.*, 2016) e questões críticas (TIHANYI, 2020) nos negócios globais, com aplicação de abordagens interdisciplinares e perspectivas baseadas em fenômenos para abordar tópicos na interface empresa-sociedade (BUCKLEY; DOH; BENISCHKE, 2017), buscando traduzir suas descobertas de modo que se tornem compatíveis

com o ponto de vista da sociedade e, portanto, mais úteis para os formuladores de políticas (VAN ASSCHE, 2018). Neste sentido, o enfoque nos grandes desafios globais, como os ODS, pode ajudar a reconectar as pesquisas às questões globais, motivando estudos a partir das necessidades da sociedade e não em lacunas de pesquisas teóricas (MONTIEL *et al.*, 2021).

5.3 Limitações e direcionamento para pesquisas futuras

Sobre as limitações da pesquisa, o escopo do estudo foi restrito à análise da qualidade dos relatórios divulgados pelas empresas a partir da utilização do padrão GRI vinculado aos ODS, porém as organizações podem usar outros mecanismos, canais (como sites, por exemplo) e padrões para comunicar suas ações. Pesquisas futuras podem se voltar à uma análise mais ampla das ações de sustentabilidade a partir da inclusão de outras fontes informacionais e padrões e normas para análise da qualidade das informações divulgadas. Também pode-se aumentar o tamanho da amostra bem como o período dos relatórios analisados, o que ampliaria também a capacidade de generalização dos resultados bem como a comparabilidade em termos temporais e de resultados.

Outra limitação diz respeito ao fato de que a pontuação foi atribuída apenas aos itens GRI destacados de maneira clara pelas organizações. Por exemplo, se a organização apresentou informações sobre funcionários e terceirizados, mas não fez a devida vinculação ao item “102-8: Informações sobre empregados e outros trabalhadores”, o relatório não recebeu pontos neste item. Assim, pesquisas futuras podem ir além ao realizar a pontuação a partir de leitura detalhada do conteúdo dos relatórios, atribuindo pontuação de qualidade a informações não vinculados ao padrão GRI. Sugere-se também análise específica e aprofundada de cada um dos ODS para melhor entender como as empresas atuantes na América Latina estão contribuindo em cada um deles.

Também não foi utilizado nenhum mecanismo ou procedimento para analisar a presença de *sdg-washing*, *green-washing* ou comportamentos afins. Pesquisas futuras podem buscar meios de incluir procedimentos para identificar este tipo de comportamento que influi diretamente na transparência e credibilidade das informações prestadas pelas organizações. Sugere-se, ainda, estudos que analisem a qualidade dos relatórios a partir da matriz de materialidade apresentada pelas empresas, tanto em relação ao processo de construção dessas matrizes como na apresentação dos tópicos materiais considerados prioritários.

Por fim, apesar do reconhecimento das limitações mencionadas, há que se ressaltar que elas não comprometem a confiabilidade, a robustez e a relevância dos resultados.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol A. Conceptualising the contemporary corporate value creation process. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 906–931, 2017.
- ADAMS, Renée B.; FERREIRA, Daniel. Women in the boardroom and their impact on governance and performance. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 94, n. 2, p. 291–309, 2009.
- AGUILERA, Ruth V. *et al.* Multilatinas and the internationalization of Latin American firms. **Journal of World Business**, [s. l.], v. 52, n. 4, p. 447–460, 2017.
- ALI, Imran; JIMÉNEZ-ZARCO, Ana Isabel; BICHO, Marta. Using Social Media for CSR Communication and Engaging Stakeholders. *In: Corporate Social Responsibility in the Digital Age (Developments in Corporate Governance and Responsibility)*, Vol. 7, Emerald Group Publishing Limited, Bingley, 2015. p. 165–185.
- AMÉRICA ECONOMÍA. **Estas son las 500 Empresas más Grandes de Latinoamérica 2021**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/estas-son-las-500-mayores-empresas-de-america-latina-2021>. Acesso em: 08 fev. 2022.
- AMOAKO, Kwame Oduro; LORD, Beverley R.; DIXON, Keith. Sustainability reporting: Insights from the websites of five plants operated by Newmont Mining Corporation. **Meditari Accountancy Research**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 186–215, 2017.
- ARAGÓN-CORREA, J. Alberto *et al.* Environmental strategy and performance in small firms: A resource-based perspective. **Journal of Environmental Management**, [s. l.], v. 86, n. 1, p. 88–103, 2008.
- ARAS, Güler; CROWTHER, David. Corporate Sustainability Reporting: A Study in Disingenuity?. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 87, n. S1, p. 279–288, 2009.
- ARTIACH, Tracy *et al.* The determinants of corporate sustainability performance. **Accounting & Finance**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 31–51, 2010.
- AVRAMPOU, A. *et al.* Advancing the Sustainable Development Goals: Evidence from leading European banks. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 743–757, 2019.
- BARNEY, Jay. Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. **Journal of Management**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 99–120, 1991.
- BEBBINGTON, Jan; UNERMAN, Jeffrey. Achieving the United Nations Sustainable Development Goals. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 2–24, 2018.
- BIERMANN, Frank; KANIE, Norichika; KIM, Rakhyun E. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [s. l.], v. 26–27, p. 26–31, 2017.

BLOWFIELD, Michael. Business and development: making sense of business as a development agent. **Corporate Governance: The international journal of business in society**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 414–426, 2012.

BOIRAL, Olivier; HENRI, Jean-François. Is Sustainability Performance Comparable? A Study of GRI Reports of Mining Organizations. **Business & Society**, [s. l.], v. 56, n. 2, p. 283–317, 2017.

BRAAM, Geert J.M. *et al.* Determinants of corporate environmental reporting: the importance of environmental performance and assurance. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 129, p. 724–734, 2016.

BUALLAY, A. Between cost and value: Investigating the effects of sustainability reporting on a firm's performance. **Journal of Applied Accounting Research**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 481–496, 2019.

BUCKLEY, Peter J; DOH, Jonathan P; BENISCHKE, Mirko H. Towards a renaissance in international business research? Big questions, grand challenges, and the future of IB scholarship. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 48, n. 9, p. 1045–1064, 2017.

BUHR, Nola; FREEDMAN, Martin. Culture, Institutional Factors and Differences in Environmental Disclosure Between Canada and the United States. **Critical Perspectives on Accounting**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 293–322, 2001.

BYRON, Kris; POST, Corinne. Women on Boards of Directors and Corporate Social Performance: A Meta-Analysis. **Corporate Governance: An International Review**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 428–442, 2016.

CAI, Ye; JO, Hoje; PAN, Carrie. Doing Well While Doing Bad? CSR in Controversial Industry Sectors. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 108, n. 4, p. 467–480, 2012.

CALABRESE, Armando; COSTA, Roberta; ROSATI, Francesco. Gender differences in customer expectations and perceptions of corporate social responsibility. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 116, p. 135–149, 2016.

CAMILLERI, Mark Anthony. Theoretical insights on integrated reporting. **Corporate Communications: An International Journal**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 567–581, 2018.

CAPUTO, F.; LIGORIO, L.; PIZZI, S. The contribution of higher education institutions to the SDGs—an evaluation of sustainability reporting practices. **Administrative Sciences**, [s. l.], v. 11, n. 3, 2021.

CASTAÑO, Olga Patricia; *et al.* Sustainability as corporate strategy: the internationalization flag of emerging markets multinationals. *In:* , 2020, Virtual conference. **10th Annual Conference of the Academy of International Business (AIB) Latin America and the Caribbean Chapter**. Virtual conference: [s. n.], 2020.

CEPAL. **La dimensión territorial en el marco de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. Santiago, Chile: [s. n.], 2019. Disponible em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44872/1/S1900621_es.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

CHEN, Stephen; BOUVAIN, Petra. Is Corporate Responsibility Converging? A Comparison of Corporate Responsibility Reporting in the USA, UK, Australia, and Germany. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 87, n. S1, p. 299–317, 2009.

CHEN, Yasheng; JERMIAS, Johnny; NAZARI, Jamal A. The effects of reporting frameworks and a company's financial position on managers' willingness to invest in corporate social responsibility projects. **Accounting & Finance**, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 3385–3425, 2021.

CHO, C.H. *et al.* Advancing Sustainability Reporting in Canada: 2019 Report on Progress. **Accounting Perspectives**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 181–204, 2020.

CHO, Charles H.; PATTEN, Dennis M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. **Accounting, Organizations and Society**, [s. l.], v. 32, n. 7–8, p. 639–647, 2007.

CHO, Charles H.; ROBERTS, Robin W.; PATTEN, Dennis M. The language of US corporate environmental disclosure. **Accounting, Organizations and Society**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 431–443, 2010.

CLARO, P.B.O.; ESTEVES, N.R. Sustainability-oriented strategy and Sustainable Development Goals. **Marketing Intelligence and Planning**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 613–630, 2020.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; ESTEVES, Nathalia Ramajo. Sustainability-oriented strategy and Sustainable Development Goals. **Marketing Intelligence & Planning**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 613–630, 2021.

CLING, Jean-Pierre; DELECOURT, Clément. Interlinkages between the Sustainable Development Goals. **World Development Perspectives**, [s. l.], v. 25, p. 100398, 2022.

COHEN, Jeffrey R.; SIMNETT, Roger. CSR and Assurance Services: A Research Agenda. **AUDITING: A Journal of Practice & Theory**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 59–74, 2015.

COLE, Brooklyn M.; SALIMATH, Manjula S. Diversity Identity Management: An Organizational Perspective. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 116, n. 1, p. 151–161, 2013.

CUBILLA-MONTILLA, Mitzi *et al.* Are cultural values sufficient to improve stakeholder engagement human and labour rights issues?. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 938–955, 2019.

CUERVO-CAZURRA, Alvaro. The multinationalization of developing country MNEs: The case of multilatinas. **Journal of International Management**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 138–154, 2008.

CURTÓ-PAGÈS, F. *et al.* Coming in from the cold: A longitudinal analysis of SDG reporting practices by Spanish listed companies since the approval of the 2030 Agenda. **Sustainability**

(Switzerland), [s. l.], v. 13, n. 3, p. 1–27, 2021.

DA SILVA MONTEIRO, Sónia Maria; AIBAR-GUZMÁN, Beatriz. Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 185–204, 2010.

DAU, Luis Alfonso; MOORE, Elizabeth M; NEWBURRY, William. The grass is always greener: The impact of home and host country CSR reputation signaling on cross-country investments. **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 154–182, 2020.

DEEGAN, Craig. The legitimising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 282–311, 2002.

DELOITTE. **2030 Purpose: Good business and a better future. Connecting sustainable development with enduring commercial success**. London, UK: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/About-Deloitte/gx-2030-purpose-report.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

DI VAIO, A. *et al.* “Integrated thinking and reporting” towards sustainable business models: a concise bibliometric analysis. **Meditari Accountancy Research**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 691–719, 2020.

DIAZ-SARACHAGA, J.M. Shortcomings in reporting contributions towards the sustainable development goals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], 2021.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 147, 1983.

DOH, Jonathan P.; GUAY, Terrence R. Corporate Social Responsibility, Public Policy, and NGO Activism in Europe and the United States: An Institutional-Stakeholder Perspective. **Journal of Management Studies**, [s. l.], v. 43, n. 1, p. 47–73, 2006.

DONOHER, W.J. The multinational and the legitimation of sustainable development. **Transnational Corporations**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 49–60, 2017.

DOWLING, John; PFEFFER, Jeffrey. Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational Behavior. **The Pacific Sociological Review**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 122–136, 1975.

DUFLO, Esther. Women Empowerment and Economic Development. **Journal of Economic Literature**, [s. l.], v. 50, n. 4, p. 1051–1079, 2012.

DUTTA, S.; LAWSON, R.; MARCINKO, D. Paradigms for Sustainable Development: Implications of Management Theory. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–10, 2012.

DYLLICK, Thomas; HOCKERTS, Kai. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 130–141, 2002.

EDEN, Lorraine; WAGSTAFF, M. Fernanda. Evidence-based policymaking and the wicked problem of SDG 5 Gender Equality. **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 28–57, 2021.

ELALFY, A.; WEBER, O.; GEOBEY, S. The Sustainable Development Goals (SDGs): a rising tide lifts all boats? Global reporting implications in a post SDGs world. **Journal of Applied Accounting Research**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 557–575, 2020.

EMMA, G.-M.; JENNIFER, M.-F. Is SDG reporting substantial or symbolic? An examination of controversial and environmentally sensitive industries. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 298, 2021.

ERIN, Olayinka; ADEGBOYE, Alex; BAMIGBOYE, Omololu Adex. Corporate governance and sustainability reporting quality: evidence from Nigeria. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 680–707, 2022.

FERNANDEZ-FEIJOO, Belen; ROMERO, Silvia; RUIZ-BLANCO, Silvia. Women on Boards: Do They Affect Sustainability Reporting?. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 21, n. 6, p. 351–364, 2014.

FERNANDEZ-FEIJOO, B.; ROMERO, S.; RUIZ, S. Does board gender composition affect corporate social responsibility reporting?. **International Journal of Business and Social Science**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 31–39, 2012.

FERRARO, Fabrizio; ETZION, Dror; GEHMAN, Joel. Tackling Grand Challenges Pragmatically: Robust Action Revisited. **Organization Studies**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 363–390, 2015.

FINK, Larry. **Larry Fink's 2021 letter to CEOs**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/larry-fink-ceo-letter>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FRIAS-ACEITUNO, José V.; RODRIGUEZ-ARIZA, Lazaro; GARCIA-SANCHEZ, I.M. The Role of the Board in the Dissemination of Integrated Corporate Social Reporting. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 219–233, 2013.

FRIAS-ACEITUNO, José V.; RODRÍGUEZ-ARIZA, Lázaro; GARCIA-SÁNCHEZ, Isabel M. Explanatory Factors of Integrated Sustainability and Financial Reporting. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 56–72, 2014.

GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María. Drivers of the CSR report assurance quality: Credibility and consistency for stakeholder engagement. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 2530–2547, 2020.

GEISSDOERFER, Martin *et al.* Business models and supply chains for the circular economy. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 190, p. 712–721, 2018.

GEORGE, Gerard *et al.* Understanding and Tackling Societal Grand Challenges through Management Research. **Academy of Management Journal**, [s. l.], v. 59, n. 6, p. 1880–1895, 2016.

GERWING, Tobias; KAJÜTER, Peter; WIRTH, Maximilian. The role of sustainable corporate governance in mandatory sustainability reporting quality. **Journal of Business Economics**, [s. l.], v. 92, n. 3, p. 517–555, 2022.

GHANI, E.K. *et al.* Factors influencing integrated reporting practices among Malaysian public listed real property companies: A sustainable development effort. **International Journal of Managerial and Financial Accounting**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 144–162, 2018.

GIRELLA, L.; ZAMBON, S.; ROSSI, P. Reporting on sustainable development: A comparison of three Italian small and medium-sized enterprises. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 981–996, 2019.

GJØLBERG, Maria. Measuring the immeasurable?. **Scandinavian Journal of Management**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 10–22, 2009.

GLASS, Christy; COOK, Alison; INGERSOLL, Alicia R. Do Women Leaders Promote Sustainability? Analyzing the Effect of Corporate Governance Composition on Environmental Performance. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 25, n. 7, p. 495–511, 2016.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). Linking the SDGs and The GRI Standards. Amsterdam, The Netherlands: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/global-alignment/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI); UN GLOBAL COMPACT. **The Sustainable Development Goals into Corporate Reporting: A Practical Guide**. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/library/5628>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GNANGNON, Sèna Kimm. Effect of Productive Capacities on Economic Complexity: Do Aid for Trade Flows Matter?. **Journal of Economic Integration**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 626–688, 2021.

GNANGNON, Sena Kimm. Productive Capacities, Economic Growth and Economic Growth Volatility in Developing Countries: Does Structural Economic Vulnerability Matter?. **Journal of International Commerce, Economics and Policy**, [s. l.], 2021.

GOMEZ-TRUJILLO, Ana Maria; GONZALEZ-PEREZ, Maria Alejandra. What do we know about organizational sustainability and international business?. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 292–305, 2020.

GONZALEZ-PEREZ, M.A. *et al.* COVID-19, sustainable development challenges of Latin America and the Caribbean, and the potential engines for an SDGs-based recovery. **Management Research**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 22–37, 2021.

GRANT THORNTON. **Women in business: from classroom to boardroom.** [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://www.grantthornton.global/globalassets/1.-member-firms/global/insights/article-pdfs/2014/ibr2014_wib_report_final.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

GRANT THORNTON. **Women in senior management: Setting the stage for growth.** [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: https://www.grantthornton.global/globalassets/1.-member-firms/global/insights/pdf-cover-images/ibr2013_wib_report_final.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

GRINSTEIN, Amir; RIEFLER, Petra. Citizens of the (green) world? Cosmopolitan orientation and sustainability. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 46, n. 6, p. 694–714, 2015.

GSSB, Global Sustainability Standards Board. **GRI 101: Foundation 2016.** Amsterdam, The Netherlands: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/media/1036/gri-101-foundation-2016.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica.** 5. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2011.

HAHN, Rüdiger; KÜHNEN, Michael. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 59, p. 5–21, 2013.

HALKOS, George; SKOULOUDIS, Antonis. Revisiting the relationship between corporate social responsibility and national culture. **Management Decision**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 595–613, 2017.

HAMROUNI, Amal; BOUSSAADA, Rim; BEN FARHAT TOUMI, Nadia. Corporate social responsibility disclosure and debt financing. **Journal of Applied Accounting Research**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 394–415, 2019.

HAYWOOD, L.K.; BOIHANG, M. Business and the SDGs: Examining the early disclosure of the SDGs in annual reports. **Development Southern Africa**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 175–188, 2021.

HERMANS, Michel *et al.* Attitudes towards women's career advancement in Latin America: The moderating impact of perceived company international proactiveness. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 90–112, 2017.

HODGE, Kristy; SUBRAMANIAM, Nava; STEWART, Jenny. Assurance of Sustainability Reports: Impact on Report Users' Confidence and Perceptions of Information Credibility. **Australian Accounting Review**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 178–194, 2009.

HONG, Harrison; KACPERCZYK, Marcin. The price of sin: The effects of social norms on markets. **Journal of Financial Economics**, [s. l.], v. 93, n. 1, p. 15–36, 2009.

HOOGENDOORN, Sander; OOSTERBEEK, Hessel; VAN PRAAG, Mirjam. The Impact of

Gender Diversity on the Performance of Business Teams: Evidence from a Field Experiment. **Management Science**, [s. l.], v. 59, n. 7, p. 1514–1528, 2013.

HUDSON, Valerie M.; BOWEN, Donna Lee; NIELSEN, Perpetua Lynne. **The First Political Order: How sex shapes governance and national security worldwide**. New York: Columbia University Press, 2020.

IIRC. **International <IR> Framework**. London, UK: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

IKE, M. *et al.* The process of selecting and prioritising corporate sustainability issues: Insights for achieving the Sustainable Development Goals. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 236, 2019.

IONAȘCU, E. *et al.* The involvement of real estate companies in sustainable development-An analysis from the SDGs reporting perspective. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 12, n. 3, 2020.

IZZO, M.F.; STROLOGO, A.D.; GRANÀ, F. Learning from the best: New challenges and trends in IR reporters' disclosure and the role of SDGs. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 12, n. 14, 2020.

JENSEN, Julia Catharina; BERG, Nicola. Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 21, n. 5, p. 299–316, 2012.

JIZI, M. The Influence of Board Composition on Sustainable Development Disclosure. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 26, n. 5, p. 640–655, 2017.

KHAN, Ismail; KHAN, Imran; SAEED, Bilal bin. Does board diversity affect quality of corporate social responsibility disclosure? Evidence from Pakistan. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], 1371-1381, 2019.

KILIAN, Thomas; HENNIGS, Nadine. Corporate social responsibility and environmental reporting in controversial industries. **European Business Review**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 79–101, 2014.

KILIÇ, Merve; UYAR, Ali; KUZHEY, Cemil. The impact of institutional ethics and accountability on voluntary assurance for integrated reporting. **Journal of Applied Accounting Research**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 1–18, 2019.

KITSIKOPOULOS, C.; SCHWAIBOLD, U.; TAYLOR, D. Limited progress in sustainable development: Factors influencing the environmental management and reporting of South African JSE-listed companies. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 27, n. 8, p. 1295–1301, 2018.

KNEBEL, Sebastian; SEELE, Peter. Quo vadis GRI? A (critical) assessment of GRI 3.1 A+ non-financial reports and implications for credibility and standardization. **Corporate**

Communications: An International Journal, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 196–212, 2015.

KOLK, Ans. Trajectories of sustainability reporting by MNCs. **Journal of World Business**, [s. l.], v. 45, n. 4, p. 367–374, 2010.

KOLK, Ans; PEREGO, Paolo. Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: an international investigation. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 182–198, 2010.

KOLK, A.; VAN TULDER, R. International business, corporate social responsibility and sustainable development. **International Business Review**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 119–125, 2010.

LAI, A.; MELLONI, G.; STACCHEZZINI, R. Corporate Sustainable Development: Is “Integrated Reporting” a Legitimation Strategy? **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 165–177, 2016.

LÄMSÄ, Anna-Maija *et al.* Effect of Business Education on Women and Men Students’ Attitudes on Corporate Responsibility in Society. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 82, n. 1, p. 45–58, 2008.

LASHITEW, Addisu A. Corporate uptake of the Sustainable Development Goals: Mere greenwashing or an advent of institutional change?. **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 184–200, 2021.

LIU, Ru-Shiun; RAO-NICHOLSON, Rekha. Multinational enterprises and Sustainable Development Goals: A foreign subsidiary perspective on tackling wicked problems. **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 136–151, 2021.

LIU, Xianbing; ANBUMOZHI, V. Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 17, n. 6, p. 593–600, 2009.

LOZANO, Rodrigo; HUISINGH, Don. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 19, n. 2–3, p. 99–107, 2011.

LUSK, Edward J. Cognitive Aspects of Annual Reports: Field Independence/Dependence. **Journal of Accounting Research**, [s. l.], v. 11, p. 191, 1973.

MAKINO, Shige; ISOBE, Takehiko; CHAN, Christine M. Does country matter?. **Strategic Management Journal**, [s. l.], v. 25, n. 10, p. 1027–1043, 2004.

MAKSIMOV, Vladislav; WANG, Stephanie Lu; YAN, Shipeng. Global connectedness and dynamic green capabilities in MNEs. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], 2019.

MIO, C.; PANFILO, S.; BLUNDO, B. Sustainable development goals and the strategic role of business: A systematic literature review. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 29, n. 8, p. 3220–3245, 2020.

MIO, C.; VENTURELLI, A. Non-financial Information About Sustainable Development and Environmental Policy in the Annual Reports of Listed Companies: Evidence from Italy and the UK. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 20, n. 6, p. 340–358, 2013.

MONTIEL, I. *et al.* Implementing the United Nations' Sustainable Development Goals in international business. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 52, n. 5, p. 999–1030, 2021.

MORONEY, Robyn; WINDSOR, Carolyn; AW, Yong Ting. Evidence of assurance enhancing the quality of voluntary environmental disclosures: an empirical analysis. **Accounting & Finance**, [s. l.], v. 52, n. 3, p. 903–939, 2012.

NECHITA, E. *et al.* Is financial information influencing the reporting on SDGs? Empirical evidence from central and eastern european chemical companies. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 12, n. 21, p. 1–35, 2020.

NORTH, Douglass C. A Transaction Cost Theory of Politics. **Journal of Theoretical Politics**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 355–367, 1990.

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in the annual report. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 344–371, 2002.

ORR, Ryan J; SCOTT, W Richard. Institutional exceptions on global projects: a process model. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 562–588, 2008. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1057/palgrave.jibs.8400370>.

PACTO GLOBAL. **A Iniciativa**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PERRINI, Francesco; RUSSO, Angeloantonio; TENCATI, Antonio. CSR Strategies of SMEs and Large Firms. Evidence from Italy. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 74, n. 3, p. 285–300, 2007.

PFLUGRATH, Gary; ROEBUCK, Peter; SIMNETT, Roger. Impact of Assurance and Assurer's Professional Affiliation on Financial Analysts' Assessment of Credibility of Corporate Social Responsibility Information. **AUDITING: A Journal of Practice & Theory**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 239–254, 2011.

PIZZI, S.; ROSATI, F.; VENTURELLI, A. The determinants of business contribution to the 2030 Agenda: Introducing the SDG Reporting Score. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 404–421, 2021.

PODDAR, A.; NARULA, S.A.; ZUTSHI, A. A study of corporate social responsibility practices of the top Bombay Stock Exchange 500 companies in India and their alignment with the Sustainable Development Goals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 26, n. 6, p. 1184–1205, 2019.

PWC. **Make it your business: Engaging with the Sustainable Development Goals**. London: [s. n.], 2015.

PWC. **SDG Reporting Challenge 2017 Exploring business communication on the global goals**. London, UK: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/pwc-sdg-reporting-challenge-2017-final.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

RAMOS, Tomás B. *et al.* Corporate sustainability reporting and the relations with evaluation and management frameworks: the Portuguese case. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 52, p. 317–328, 2013.

ROCA, Laurence Clément; SEARCY, Cory. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 103–118, 2012.

ROH, Hyuntak; KIM, Eugene. The Business Case for Gender Diversity: Examining the Role of Human Resource Management Investments. **Human Resource Management**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 519–534, 2016.

ROMERO, Silvia; RUIZ, Silvia; FERNANDEZ-FEIJOO, Belen. Sustainability reporting and stakeholder engagement in Spain: Different instruments, different quality. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 221–232, 2019.

ROSATI, Francesco *et al.* Employee attitudes towards corporate social responsibility: a study on gender, age and educational level differences. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 25, n. 6, p. 1306–1319, 2018.

ROSATI, F.; FARIA, L.G.D. Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 215, p. 1312–1326, 2019a.

ROSATI, F.; FARIA, L.G.D. Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 588–597, 2019b.

RUGMAN, Alan M; VERBEKE, Alain. A perspective on regional and global strategies of multinational enterprises. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 3–18, 2004.

SACHS, J. *et al.* **Sustainable Development Report 2019**. New York: [s. n.], 2019. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2019/2019_sustainable_development_report.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

SAEED, Abubakr; BALOCH, Muhammad Saad; RIAZ, Hammad. Global Insights on TMT Gender Diversity in Controversial Industries: A Legitimacy Perspective. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], 2021.

SAMARINA, V.; SKUFINA, T.; SAMARIN, A. The experience of using GRI Standards in sustainable development reports by Russian industrial corporations. **E3S Web of Conferences**. [S. l.: s. n.], 2020.

SAPIENZA, Harry J. *et al.* A Capabilities Perspective on the Effects of Early Internationalization on Firm Survival and Growth. **Academy of Management Review**, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 914–933, 2006.

SASB. **An Introduction to SASB Standards**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.sasb.org/about/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SCHALTEGGER, Stefan; WAGNER, Marcus. Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: categories and interactions. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 222–237, 2011.

SCHEYVENS, R.; BANKS, G.; HUGHES, E. The Private Sector and the SDGs: The Need to Move Beyond ‘Business as Usual’. **Sustainable Development**, [s. l.], v. 24, n. 6, p. 371–382, 2016.

SCHRAMADE, Willem. Investing in the UN Sustainable Development Goals: Opportunities for Companies and Investors. **Journal of Applied Corporate Finance**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 87–99, 2017.

SCHWAB, Klaus. **Davos Manifesto 2020: The Universal Purpose of a Company in the Fourth Industrial Revolution**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2019/12/davos-manifesto-2020-the-universal-purpose-of-a-company-in-the-fourth-industrial-revolution/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SCOTT, Louise; MCGILL, Alan. **Creating a strategy for a better world**. London, UK: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/sdg-2019.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SCOTT, Louise; MCGILL, Alan. **From Promise to Reality: Does Business Really Care about the SDGs? And what Needs to Happen to Turn Words into Action**. London: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/sdg-reporting-2018.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SHABANA, Kareem M.; BUCHHOLTZ, Ann K.; CARROLL, Archie B. The Institutionalization of Corporate Social Responsibility Reporting. **Business & Society**, [s. l.], v. 56, n. 8, p. 1107–1135, 2017.

SHAPIRO, Daniel; HOBDAI, Bersant; OH, Chang Hoon. Natural resources, multinational enterprises and sustainable development. **Journal of World Business**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 1–14, 2018.

SIMNETT, Roger; VANSTRAELEN, Ann; CHUA, Wai Fong. Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison. **The Accounting Review**, [s. l.], v. 84, n. 3, p. 937–967, 2009.

SKOULOUDIS, Antonis; ISAAC, David; EVAGGELINOS, Kostis. Revisiting the national corporate social responsibility index. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 61–70, 2016.

SONG, Baobao; WEN, Jing (Taylor). Online corporate social responsibility communication

strategies and stakeholder engagements: A comparison of controversial versus noncontroversial industries. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 881–896, 2020.

SONG, Baobao; WEN, Jing; FERGUSON, Mary Ann. Toward effective CSR communication in controversial industry sectors. **Journal of Marketing Communications**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 243–267, 2020.

SOTORRÍO, Ladislao Luna; SÁNCHEZ, José Luis Fernández. Corporate social reporting for different audiences: the case of multinational corporations in Spain. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 272–283, 2010.

STACCHEZZINI, Riccardo; MELLONI, Gaia; LAI, Alessandro. Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 136, p. 102–110, 2016.

STASZKIEWICZ, P.; WERNER, A. Reporting and disclosure of investments in sustainable development. **Sustainability (Switzerland)**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 1–15, 2021.

SUCHMAN, Mark C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **The Academy of Management Review**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 571, 1995.

TEZANOS, S. The geography of development in Latin America and the Caribbean: Towards a new multidimensional taxonomy of the sustainable development goals. **Cepal Review**, [s. l.], v. 2018, n. 125, p. 7–28, 2018.

TIHANYI, Laszlo. From “That’s Interesting” to “That’s Important”. **Academy of Management Journal**, [s. l.], v. 63, n. 2, p. 329–331, 2020.

TOPPLE, C. *et al.* Corporate sustainability assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. **Transnational Corporations**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 61–71, 2017.

TSALIS, T.A. *et al.* New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations’ 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 1617–1629, 2020.

TUAN, L.A. *et al.* Research on factors affecting the disclosure of sustainable development report: Experimental at Vietnam national petroleum group. **Asian Economic and Financial Review**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 232–242, 2019.

UDAYASANKAR, Krishna. Corporate Social Responsibility and Firm Size. **Journal of Business Ethics**, [s. l.], v. 83, n. 2, p. 167–175, 2008.

UN. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: [s. n.], 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UN GLOBAL COMPACT. **How Your Company Can Advance Each of the SDGs**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/sdgs/17-global-goals>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UNCTAD. **The Least Developed Countries Report**. Geneva: [s. n.], 2006. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/least-developed-countries-report-2006>. Acesso em: 20 jan. 2021.

UNCTAD. **UNCTAD Productive Capacities Index: Methodological Approach and Results**. Geneva: [s. n.], 2021. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/aldc2020d3_en.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

UNCTAD. **World Investment Report 2020: International production beyond the pandemic**. New York and Geneva: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2020>. Acesso em: 30 mar. 2022.

UNITED NATIONS. **Global Sustainable Development Report 2016**. New York: [s. n.], 2016. Disponível em: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2328GlobalSustainabledevelopmentreport2016\(final\).pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2328GlobalSustainabledevelopmentreport2016(final).pdf). Acesso em: 30 nov. 2021.

VAN ASSCHE, Ari. From the editor: Steering a policy turn in international business – opportunities and challenges. **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 1, n. 3–4, p. 117–127, 2018.

VAN DER WAAL, J.W.H.; THIJSSSENS, T. Corporate involvement in Sustainable Development Goals: Exploring the territory. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 252, 2020.

VAN TULDER, Rob *et al.* The UN's Sustainable Development Goals: Can multinational enterprises lead the Decade of Action? **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 4, p. 1–21, 2021.

VAN ZANTEN, Jan Anton; VAN TULDER, Rob. Multinational enterprises and the Sustainable Development Goals: An institutional approach to corporate engagement. **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 1, n. 3–4, p. 208–233, 2018.

VELEZ-OCAMPO, Juan; GONZALEZ-PEREZ, Maria Alejandra. Analyzing foreign expansion and corporate reputation: review and future research agenda. **Cross Cultural & Strategic Management**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 586–608, 2019.

VENTURELLI, Andrea *et al.* The state of art of corporate social disclosure before the introduction of non-financial reporting directive: a cross country analysis. **Social Responsibility Journal**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 409–423, 2019.

VIDAVER-COHEN, Deborah; GOMEZ, Carolina; COLWELL, Scott R. Country-of-Origin Effects and Corporate Reputation in Multinational Firms: Exploratory Research in Latin America. **Corporate Reputation Review**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 131–155, 2015.

VOINEA, Cosmina L. *et al.* The Relation between Environmental Management Systems and Environmental and Financial Performance in Emerging Economies. **Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 13, p. 5309, 2020.

VORMEDAL, Irja; RUUD, Audun. Sustainability reporting in Norway - an assessment of performance in the context of legal demands and socio-political drivers. **Business Strategy**

and the Environment, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 207–222, 2009.

WBCSD; RADLEY YELDAR. **Reporting matters: WBCSD 2020 Report**. Switzerland: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.wbcd.org/Programs/Redefining-Value/Reporting-matters/Resources/Reporting-matters-2020>. Acesso em: 30 nov. 2021.

WCED. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Geneva: [s. n.], 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

WICKERT, Christopher; SCHERER, Andreas Georg; SPENCE, Laura J. Walking and Talking Corporate Social Responsibility: Implications of Firm Size and Organizational Cost. **Journal of Management Studies**, [s. l.], v. 53, n. 7, p. 1169–1196, 2016.

WITTE, Caroline; DILYARD, John. Guest editors' introduction to the special issue: the contribution of multinational enterprises to the Sustainable Development Goals. **Transnational Corporations**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 1–8, 2017.

YOUNG, Suzanne; MARAIS, Magalie. A Multi-level Perspective of CSR Reporting: The Implications of National Institutions and Industry Risk Characteristics. **Corporate Governance: An International Review**, [s. l.], v. 20, n. 5, p. 432–450, 2012.

ZAHEER, Srilata. Overcoming the Liability of Foreignness. **Academy of Management Journal**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 341–363, 1995.

ZHAN, James X.; SANTOS-PAULINO, Amelia U. Investing in the Sustainable Development Goals: Mobilization, channeling, and impact. **Journal of International Business Policy**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 166–183, 2021.

ZHANG, Kesen; PAN, Zhen; JANARDHANAN, Mukund. Relationship between the Degree of Internationalization and Greenwashing of Environmental Responsibilities in China-Based on the Legitimacy Perspective. **Sustainability**, [s. l.], v. 14, n. 5, p. 2794, 2022.